



Índice

- 01** [Saúde Indígena é tema de seminário no Campus da Ufal em Arapiraca](#)
- 02** [Indígenas Pykobjê-Gavião enfrentam invasão e ameaças de madeireiros em seu território](#)
- 03** [Indígenas Kaingang são removidos à força por colonos de área pública no RS](#)
- 04** [A luta dos Guarani Kaiowá no Brasil por seus territórios e contra a fome](#)
- 05** [Carta dos Kaingang de Kandóia, RS: "Fomos enganados pelo Ministério da Justiça"](#)
- 06** [Mostra em trânsito – Terra e Liberdade no interior de Goiás](#)
- 07** [Foto de índio brasileiro vence concurso global](#)
- 08** [Grupos aterrorizam indígenas da Aldeia Bororó](#)
- 09** [Centenário do 1º contato entre brancos e índios será comemorado](#)
- 10** [Índios Bororos iniciam tratamento antitabagismo em Rondonópolis](#)
- 11** [Faesc comemora decisão do STF sobre demarcação de terras indígenas](#)
- 12** [Fazendeiros tomam a rodovia BR 101 perto de Itamaraju em protesto contra invasões indígenas](#)
- 13** [Quilombolas alagoanos reivindicam moradia junto ao governo federal](#)
- 14** [DPE e parceiros fortalecem assistência jurídica a comunidades quilombolas](#)
- 15** [Parecer que pede tombamento de 10 terreiros de candomblé é aprovado](#)



-
- 16** Oeste do Paraná: uma onda ininterrupta de violência contra os povos indígenas
 - 17** Documentos comprovam invasão de terra indígena pelo Governo do Estado de MS
 - 18** Delegação denuncia violações contra dos indígenas Guaraní-Kaiowá na Europa
 - 19** Jovens indígenas da comunidade Truaru discutem desafios da atualidade
 - 20** Povos indígenas reúnem demandas em documento a ser apresentado na Conferência Mundial das Nações Unidas
 - 21** Estudo do Inesc alerta para sub-representação de minorias na eleição de outubro
 - 22** Consulta aos povos indígenas deve ser realizada respeitando à Convenção 169 da OIT
 - 23** Justiça julga caso indígena de maus-tratos por militares
 - 24** Dom Silvano Tomasi: direitos indígenas ainda são violados
 - 25** Professora do AP vai documentar até 2015 língua indígena em extinção
 - 26** Seis crianças indígenas morrem com suspeita de rotavírus no interior do AC
 - 27** STF reforça que questão indígena é competência da União
 - 28** Centro de Referência preserva a memória Kaingang em Tupã (SP)
 - 29** Prefeitura faz levantamento indígena dos beneficiados pelo Bolsa Família
 - 30** Estudo do Inesc alerta para sub-representação de minorias na eleição de outubro



Saúde Indígena é tema de seminário no Campus da Ufal em Arapiraca

SÍTIO AQUI ACONTECE, 18.09.2014

O Programa de Educação pelo Trabalho (PET) - Redes de Atenção à Saúde Indígena, do Campus Arapiraca, realiza nos próximos dias 25 e 26, no auditório do Instituto Federal de Alagoas (Ifal), na cidade de Palmeira dos Índios, o 1º Seminário de Atenção à Saúde Indígena. O evento oferta 150 vagas, é uma das ações do Programa de Educação pelo Trabalho - Redes de Atenção à Saúde, tem carga horária de 20 horas, está com as inscrições abertas, apenas presencialmente, na sala do PET-Redes, no Campus Arapiraca ou no dia da abertura e custam R\$ 20,00.

A programação conta com mesas temáticas e exibição de vídeos que discutirão cultura, direitos e saúde dos índios, com a presença de lideranças e membros de órgãos e instituições em defesa das causas indígenas, juristas, professores e profissionais de saúde, além de contar com apresentações de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) abordando a temática indígena.

O principal objetivo do evento é sensibilizar e refletir questões acerca da identidade cultural, valores, costumes e tradições dos povos indígenas no contexto social e de saúde, apresentando dados epidemiológicos da situação da população indígena despertando deste modo atenção à atuação multiprofissional nas tribos e apresentando as ações desenvolvidas pelos grupos do programa.

Aculturamento e riscos à saúde

O Programa de Educação pelo Trabalho (PET-Redes), na Ufal tem a coordenação da professora Cíntia Bastos, é um projeto do Ministério da Saúde (MS), envolve o Ministério da Educação (MEC) e promove atividades com foco no ensino, pesquisa e extensão. O PET tem como uma das áreas de atuação a Saúde Indígena, que está sob a tutoria acadêmica do professor Jarbas Ribeiro, do curso de Enfermagem do Campus Arapiraca.

O 1º seminário, nos dias 25 e 26, levará ao conhecimento dos participantes as diversas atividades visando a promoção da saúde na tribo xucuru - kariri, no município de Palmeiras dos Índios, que é formada por oito aldeias. "Há um alto índice entre os indígenas por risco de morte por infarto, hipertensão, acidente vascular cerebral (avc) e trombose, principalmente pelo estilo de vida deles que passou a ser mais urbano. E esse aculturamento traz sérias mazelas para a saúde", frisou o professor Jarbas Ribeiro.

O trabalho conta também com a participação dos bolsistas Geilda Guilherme e Jackson Santana, dos cursos de Educação Física e Enfermagem do Campus Arapiraca. "Além de caminhadas direcionadas aos indígenas idosos e aferição de pressão, recentemente os indígenas participaram de uma oficina de reaproveitamento de alimentos voltada à alimentação saudável", informam Geilda e Jackson.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

As ações têm a parceria da Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde, que é representada em Alagoas e Sergipe pela assistente social alagoana Genilda Leão.

por Assessoria



Indígenas Pykobjê-Gavião enfrentam invasão e ameaças de madeireiros em seu território

SÍTIO CIMI, 18.09.2014

No dia 10 de setembro, quatro indígenas Pykobjê-Gavião da Terra Indígena Governador, município de Amarante do Maranhão foram ameaçados por madeireiros. Os indígenas voltavam do município de Grajaú pela estrada vicinal que liga o município de Amarante a Sitio Novo, quando viram na estrada um caminhão carregado de aroeira (madeira nobre usada na fabricação de antibióticos). Os indígenas pediram ao motorista parar o veículo, mas não tiveram o pedido atendido.

Um motoqueiro que vinha fazendo a escolta do caminhão afirmou que o veículo é de propriedade do Sena (sargento de Polícia Militar e vereador em Amarante), que a madeira transportada não era proveniente da TI Governador, mas do povoado Piripiri, cerca de 40 km de Amarante do Maranhão.

Com o intuito de confirmar se de fato a madeira não era proveniente da TI, os indígenas solicitaram ao motoqueiro que mostrasse o local de onde eles tinham tirado a madeira. Após isso, os indígenas ligaram para a aldeia avisando as lideranças do ocorrido e solicitaram que um grupo confirmasse se a madeira apreendida não era da terra indígena. Num momento de distração das lideranças, o motoqueiro fugiu do local e avisou o sargento Sena que os indígenas tinham apreendido o caminhão.

Os indígenas ainda estavam no local onde o caminhão foi apreendido quando o sargento Sena chegou com quatro homens supostamente armados. Os indígenas foram encurralados e tiveram apreendido seu celular, no qual continha registros fotográficos da retirada ilegal de madeira, bem como, do caminhão. Os quatro homens armados ainda ameaçaram os indígenas.

Segundo os indígenas, o sargento Sena salientou que os Pykobjê-Gavião podem até apreender seu caminhão se o encontrarem dentro da terra indígena, mas fora ele não aceitaria.

Os indígenas ficaram totalmente vulneráveis frente aos homens armados, mas não esboçaram reação por estarem desarmados. Quando as outras lideranças chegaram ao local não encontram mais os madeireiros e decidiram ir buscar o celular que tinha sido levado por sargento Sena. Ao encontrar sargento Sena, os indígenas pediram para ele entregar o celular. O mesmo foi entregue, mas não continha mais as provas da retirada de madeira.

As lideranças foram à delegacia de polícia em Amarante para registrar o boletim de ocorrência, não conseguiram, segundo os indígenas, os policiais de plantão recusaram-se a fazer o boletim, alegando que o delegado não se fazia presente.

O clima na região é tenso. As lideranças indígenas continuam lutando contra a invasão madeireira em seu território e temem por seus filhos que necessitam estudar na cidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

A terra fica a 750 km de São Luís, capital do estado, e tem pouco mais de 42 mil hectares, onde vivem cerca de mil indígenas, divididos em seis aldeias. O novo processo de demarcação da terra foi iniciado em 2007 e interrompido em 2010 por conta da ação de fazendeiros de Amarante que não deixaram o grupo técnico da Funai concluir os trabalhos o que tem deixado os indígenas vulneráveis a invasões em seu territórios.

Vale ressaltar que os Pykobjê-Gavião vêm lutando contra a exploração ilegal de madeira em seu território há vários anos. Por sua resistência, os indígenas já tiveram as aldeias invadidas duas vezes e sofrem com ameaças de novas invasões, mas continuam firmes. Infelizmente, o órgão responsável pela proteção do território não tem atuado de forma contundente no apoio a luta contra a invasão madeireira no território do povo Pykobjê-Gavião. Os indígenas são enfáticos ao afirmar que se não houver uma política de proteção do território, vai haver novos conflitos, porque eles não vão aceitar a invasão de seu território.

Indígenas Kaingang são removidos à força por colonos de área pública no RS
SÍTIO CIMI, 18.09.2014



Enquanto o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo realizava mais uma rodada das mesas de diálogo sobre a demarcação de terras, em Brasília, durante esta quarta-feira, 17, com agricultores e indígenas do Rio Grande do Sul, no norte do estado 12 famílias Kaingang eram removidas à força das margens de uma rodovia estadual, a ERS-480, no município de Erval Grande.

Uma turba enfurecida de agricultores e comerciantes de Erval, convocados por um ofício da Comissão da Invasão Indígena do município, se posicionou diante do acampamento Kaingang, situado próximo de área reivindicada pelos indígenas como tradicional, destruiu barracos, jogou pertences sobre caminhões e na marra os empurrou para dentro de uma van, despejando-os como se fossem animais a cerca de 140 km do local, às portas da sede da Funai, em Passo Grande.

Na frente do órgão, os colonos agrediram os indígenas, que eram cerca de 45 vindos do acampamento de forma obrigada. Os Kaingang se defenderam e um princípio de conflito teve início. De acordo com o coordenador regional da Funai, Roberto Perin, os Kaingang foram levados para uma reserva em Água Santa. Para a imprensa local, Perin repudiou a ação do bando e afirmou que há medidas legais em casos como o de Erval: seja para a reintegração de áreas, ou para a realização das demarcações.

CONT.



Jacir de Paula Kaingang afirma que não vão desistir das terras reivindicadas, e que não tinham o objetivo de destruir casas ou agredir qualquer morador, tal como justificava a convocatória ao ato contra os indígenas acampados às margens da rodovia. "Foi contra a nossa vontade (a remoção). Sabemos de nossos direitos. Dizem [agricultores] que são donos há cem anos, mas nós que somos donos há 500 anos. Fomos para reivindicar essa área verde, próximo da rodovia. Não invadimos propriedade dos colonos. Eles têm direito e nós também temos", disse Jacir para a imprensa local. Os Kaingang prestaram depoimento para procuradores do Ministério Público Federal (MPF) nesta quinta-feira, 18.

Erval Grande compõe uma região que conta ainda com o município de Vicente Dutra, local em que no mês de novembro de 2013, durante Audiência Pública da Comissão de Agricultura, os deputados federais Luiz Carlos Heinze (PP-RS) e Alceu Moreira (PMDB-RS) convocaram os colonos para resistirem "da forma que for" contra os povos indígenas que reivindicam terras tradicionais. Assista o vídeo aqui.

Também nesta mesma região está Faxinalzinho, município onde ocorreram conflitos entre indígenas Kaingang agricultores. Os Kaingang bloquearam estradas vicinais em protesto pela demora nas demarcações de terras e dezenas agricultores trataram a manifestação e organização dos Kaingang com violência e intolerância.

Com medo de serem filmados e identificados pelo ato criminoso, os colonos agrediram um cinegrafista da RBS, emissora que cobria a remoção forçada. A ilegalidade, portanto, foi flagrante. Apenas quem pode questionar a presença dos Kaingang no local é o Estado, que só poderia fazer a reintegração de posse com decisão judicial. Ainda que a área fosse 'privada', só poderia ser revista pelo 'proprietário' na Justiça.

O fato é grave e injustificável. Ao que parece, centenas de agricultores apoiados pelos discursos de ódio dos parlamentares, pela certeza da impunidade e amparados pela política indigenista do governo federal de paralisação das demarcações, decidiram fazer a justiça dos mais fortes, "da forma que for", numa cruzada já imposta aos indígenas durante o século XX, com remoções forçadas, higienização étnica e racismo.

Enquanto os Kaingang seguem às margens das estradas, colonos seguem à margem da lei incentivados e encorajados pela inócua figura do ministro da Justiça, que não pode ser eximido de responsabilidade. Cardozo, de forma insistente, aposta numa via que só pode dar certo caso os indígenas abram mão de seus direitos ou de pedaços de seus territórios a ponto de satisfazer as vontades dos ocupantes de plantão.

Os brados da raiva bestial de Heinze e Moreira ergueram cercas de ódio e violência ao redor dos direitos dos povos indígenas. Tais obstáculos, todavia, podem ser trespassados pela aplicação das legislações e regras envolvendo terras indígenas, terrivelmente interpretadas por um ministro especialista em administrar a própria inoperância. Com o resultado das eleições indefinido, sem contar o fato de que os três favoritos a vencer a corrida presidencial fecharam pactos com o ruralismo, o futuro segue sob névoas sombrias.

Enquanto isso, a intolerância destes colonos não permite mais que os indígenas ocupem ao

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

menos os pequenos pedaços de área pública entre as cercas e o asfalto, já que as terras tradicionais seguem sob embargo das mesas de diálogo; e elas, na parte que as toca, não agradam tanto o movimento indígena, quanto os ruralistas, que por sua vez passam por cima do diálogo tal como se comprova com a remoção forçada dos Kaingang, entre outros episódios país afora.



A luta dos Guarani Kaiowá no Brasil por seus territórios e contra a fome

SÍTIO CIMI, 18.09.2014

O 16 de setembro de 2014 marca o início de uma excursão de duas semanas na Europa sobre as comunidades indígenas Guarani Kaiowá do Brasil. A delegação é composta por Flávio Vicente Machado, coordenador do Conselho Indigenista Missionário, Regional Mato Grosso do Sul-, e o líder indígena Eliseu Lopes- da comunidade Kurusu Amba, membro do movimento Aty Guasu (a grande Assembleia Guarani Kaiowá, que é a mais alta autoridade política tradicional) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib).

O povo indígena Guarani Kaiowá luta há mais de 40 anos para recuperar seus territórios ancestrais e assim, viver em conformidade com sua cultura e tradições, longe da fome, da desnutrição e da pobreza, lutando por seu direito a alimentação e outros direitos humanos relacionados. "Inclusive com perseguições e com a falta de condições, a luta não para, estamos buscando nossos direitos", afirma o membro da organização Guarani Kaiowá, Eliseu Lopes.

Na primeira metade do século XX foram confinados pelo Estado em oito postos indígenas, áreas superlotadas, cercadas pelo monocultivo da cana, soja e submetidos ao trabalho análogo a escravidão no corte da cana e seus agrotóxicos. O território Guarani continua sendo invadido, falta espaço, água e mata. Muitos vivem acampados na beira de rodovias e nas periferias da cidade, a espera da demarcação de seus territórios, um verdadeiro contexto de genocídio onde os jovens são os mais atingidos. E assim alguns são levados a prática de suicídio. São 72 casos só no ano passado, a maioria entre idade de 15-30 anos.

A delegação se reunirá com autoridade de alto nível em Genebra e Bruxelas para dar visibilidade a violência que as comunidades Guarani Kaiowá tem enfrentado devido a sua luta por território, sensibilizar aos órgãos políticos da União Europeia (UE) sobre a aplicação das diretrizes da UE sobre os defensores de direitos humanos, buscar apoio para a luta dos Guarani Kaiowá, e para aumentar a consciência pública sobre essa questão.

O senhor Lopes dará uma declaração oral para o programa dos povos indígenas na 27ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. A delegação participará de um evento paralelo "A luta dos Guarani Kaiowá no Brasil em seus territórios e contra a fome", co-patrocinado pela FIAN internacional, o Cimi, Franciscana Internacional e Swiss Church Aid (HEKS). A delegação logo se reunirá com representantes das missões estatais e equipes das Relações Especiais sobre o Direito de uma Alimentação Adequada e sobre Defensores de Direitos Humanos, entre outros, e com representantes da sociedade civil.

Em Bruxelas, as principais atividades incluirão eventos públicos e debate com os cidadãos belgas e europeus, reuniões com organizações não governamentais e trabalho de imprensa. A delegação também apresentará seu caso diante dos membros do Parlamento Europeu, assim como aos representantes do Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE), e participará de um debate público para projeção do documentário "A sombra de um delírio verde".

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

(<http://www.fian.org/es/library/multimedia/dark-side-of-green/>).

Para mais informações, contate:

FIAN Ginebra: Ana María Suárez, Suarez-Franco@fian.org

FIAN Bélgica: Manuel Eggen, manu@fian.be

FIAN Internacional: Angélica Castañeda Flores, Coordinadora de Programas para América Latina, Castaneda-flores@fian.org



Carta dos Kaingang de Kandóia, RS: "Fomos enganados pelo Ministério da Justiça"
SÍTIO CIMI, 18.09.2014

Frente o descaso do ministro da Justiça ao cancelar reuniões já agendadas e a consequente criminalização e perseguição das lideranças que lutam pelo reconhecimento da terra. O povo Kaingang do Rio Grande do Sul de Kandóia, Faxinalzinho ainda aguarda a assinatura do ministro, José Eduardo Cardozo, para dar continuidade ao processo de levantamento fundiário para indenização dos agricultores situados nessa zona.

Confira aqui a carta e as assinaturas:

Ata de Kandóia

Nós, da Terra Indígena Kandóia Faxinalzinho no Rio Grande do Sul viemos através deste documento dizer que nós sempre dialogamos com todas as instituições para o andamento do processo da nossa terra, mas o governo nunca decide nada, além de marcar reunião.

Fomos enganados pelo Ministério da Justiça, quando não veio para o nosso estado. Nossas lideranças acabaram sendo presas, fomos humilhados pelos agentes da Polícia Federal, quando eles proibiram os indígenas Kaingang de falar nossa língua dentro na nossa aldeia.

A mesa de diálogo está indo para mesa de negociação, mas direito não se negocia! Há mais de dois anos está na mesa do ministro o nosso processo só aguardando a assinatura. Queremos que se cumpra a lei brasileira e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Não esqueçam que existe um povo com 300 pessoas, 70% de crianças que muitos já faleceram por falta de alimento e saúde. Esperamos a vontade política e cumprimento das leis pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, que precisa assinar a Portaria Declaratória de posse dos indígenas de Kandóia, Fazinalzinho, RS.

Estamos autorizando a Arpin Sul através de Rozane Kaingang para nos representar na mesa de diálogo.

CONT.

ATA de Kandóio

Nos da T.I. Kandóio Faxinalzinho P.S. viemos através deste documento dizer que nós sempre dialogamos com todos institucionais para andamento do processo da nossa terra. Mas o governo Nunca decide nada, não marca reunião e não faz nada. Foram enganados pelo M.G. quando não veio para o nosso estado Acabou nossas lideranças sendo presos fomos humilhados pelos agentes da polícia Federal todos os índios desta Terra proibindo de falar nossa língua Kaingang dentro da nossa aldeia. A mesa de diálogo está indo parar mesa de Negócio direito não se Negócio.

A mais 2 anos está na mesa do Ministro o nosso processo ~~está~~ para assinar. Queremos que se cumpra as leis brasileiras e a Convenção 169 da O.I.T. não esqueçam que tem um povo com 300 pessoas 70% de crianças que muitos já faleceram por falta de alimento e saúde esperamos a vontade política e cumprimento das leis pelo Ministro da Justiça José Eduardo Cardos assinando a Portaria Declaratória de Povo dos Índios de Kandóio Faxinalzinho P.S. Estamos Autorizando a Arpin SUL através da pessoa Rozane Kaingang para nós representar na mesa de Diálogo.

modal - segue em anexo as assinaturas.

CONT.

CONT.




Marcelino de Paula,
 Gabriel da Silva, Vaili, E. Anter, Anter de Paula,
 Roman da Paula, S. Anter de Paula,
 Daiana de Paula, Zelmia de Paula,
 Isabela, R. D. Paula, Taiza de Paula, Oliveira
 Carlos, Barbosa R. de Paula, e Lorenzini
 eglas fernandes andrea fotos, Maristela
 Fortes, Jozaro Fortes, Martin Fortes,
 Eliza Fortes, Ana Paula Farias, Jairo da Silva,
 Lucius Inacio, Luis da Silva, Maria da Silva,
 Marinho de Paula, Jo da Silva, Cabelos, Cabelos,
 Guasilla dos Santos, Graia, Daniel R. Fortes,
 da, Gabriel Fortes, Jairo da Silva Fortes,
 Cheicel da Silva, Argelino da Silva, Foto.
 Romilda apriano, Anderson Renato Paula,
 Maria Neli de Paula, Suelen de Paula, Rosalia Rodriguez,
 Claudiane Sales Pinto, J. E. L. de Paula,
 Raquel Pinto, Israel Pinto, Rosmari de Paula,
 Roseli de Paula, Rosalinda de Paula, Francisco de Paula,
 Juliana de Paula, Franciele de Paula, Rosângelo de Paula,
 Jairo Marcelino, Juliana de Paula, Neymar
 de Paula, Lurdes de Paula, Ade de Paula, Inês
 Estima, Marcelino Diamantina Silva, Jairo, Patricia Ver-
 guera, Romario de Paula, Roseli de Paula, Jairo.



Mostra em trânsito – Terra e Liberdade no interior de Goiás

SÍTIO DM, 18.09.2014

A ação acontece até o dia 19 de setembro nos municípios de Crixás e Aruanã

Diário da Manhã
DA REDAÇÃO

Até o dia 19 de setembro o I Fronteira – Festival Internacional do Filme Documentário e Experimental realiza a Mostra em Trânsito – Terra e Liberdade, uma experiência de contato e reflexão sobre cinema em comunidades rurais, camponesas e indígenas por meio de exhibições de filmes ao ar livre, seguidos de conversas com o público. Após comemorar a realização satisfatória da primeira edição do Festival, que ocorreu em Goiânia, entre 30 de agosto e 7 de setembro, a equipe Fronteira pegou a estrada rumo aos interiores do Estado de Goiás, para realizar mais amostra especial que tem como objetivo expandir possibilidades de acesso ao cinema para além do ambiente da Metrópole.

Três programas especiais formam a mostra, e cada programa foi criado para a comunidade a qual se destina. Os locais escolhidos para essa primeira edição da Mostra em Trânsito – Terra e Liberdade são a zona rural do município de Crixás, representada por cinco Assentamentos Agrários e uma Vila Rural, chamada Auriverde; e o centro da cidade de Aruanã, onde se localiza a Aldeia Buridina, Terra Indígena Karajá. Todos os locais se situam no noroeste de Goiás, próximos ao vale do Rio Araguaia, região marcada por conflitos de terra, extração de minérios, garimpo, lavoura, gado e habitados por comunidades étnicas e sociais distintas.

Os filmes escolhidos discutem tanto questões temáticas importantes para essas comunidades (como a questão agrária, a ocupação do espaço urbano e outras experiências de lutas sociais pela terra no Brasil e na América Latina) quanto promovem uma reflexão dos elementos da linguagem cinematográfica presentes nos filmes, a fim de colocar também uma observação sobre a percepção humana. Todas as sessões serão apresentadas e comentadas pelos curadores da mostra Henrique Borela e Rafael Parrode com o intuito de situar o público no contexto de realização dos filmes, como forma de despertar o interesse pelo cinema nestes espaços. A programação tem entrada franca.

PROGRAMAÇÃO ESPECIAL

Em Aruanã, a programação será na Aldeia Buridina, Terra Indígena Karajá, que fica situada no centro da cidade, as margens do Rio Araguaia. O lugar é cenário cotidiano de atritos gerados a partir das relações interétnicas assimétricas entre indígenas e moradores da cidade. Nessa perspectiva, apresenta-se filmes que são resultados de produções coletivas realizadas em projetos de oficinas de audiovisual em aldeias indígenas, como é o caso do filme Bicicletas de Nhanderú, de Ariel Ortega e Patrícia Ferreira do Coletivo Guarany-Mybia de Cinema, produzido

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

pelo vídeo nas Aldeias, e o filme Solo te Puedo Mostrar El Color, do realizador peruano Fernando Vílchez Rodríguez. A mostra conta ainda com o filme Karioka do realizador indígena brasileiro Takumã Kuikuro. As exhibições acontecem nas noites de 18 e 19 de setembro, às 19h e é aberta a toda comunidade.



Foto de índio brasileiro vence concurso global

SÍTIO G1, 18.09.2014

ONG Survival International lançou calendário com melhores imagens de competição inédita.

Da BBC

Expor a rica diversidade dos povos indígenas: esse foi o objetivo do primeiro concurso global de fotografia lançado pela ONG Survival International, que luta em defesa dos direitos dos povos indígenas.

E a foto eleita vencedora foi tirada em terras brasileiras. O fotógrafo italiano Giordano Cipriani captou toda a cor e a expressão de um índio da tribo Asurini, do Tocantins, e faturou o prêmio, deixando para trás concorrentes de várias partes do mundo.

A Survival International aproveitou o concurso para lançar o calendário para 2015, "We, The People" (Nós, As Pessoas, em tradução livre).

As fotografias apresentam, entre outros, registros da tribo Tarahumara, no México, conhecida por ter corredores de longa distância, e o ritual de saltar bois da tribo de Hamar, na Etiópia. Veja galeria de imagens.



Grupos aterrorizam indígenas da Aldeia Bororó

SÍTIO O PROGRESSO, 18.09.2014

Lideranças denunciam formação de grupos rivais dentro da reserva e cobram a presença da polícia no local

A cada dia que passa grupos, formados na maioria por adolescentes indígenas, aterrorizam a própria comunidade na Aldeia Bororó. A denúncia é dos moradores e lideranças locais, que cobram um posto policial permanente na Reserva Indígena de Dourados. O maior perigo está no período da noite, quando acontecem os assaltos, estupros e assassinatos.

Na manhã de ontem cerca de 400 indígenas se reuniram no Núcleo de Atividades Múltiplas da Bororó para discutir sobre a segurança na aldeia e a permanência ou não de uma espécie de polícia comunitária formada por eles no local, chamada por muitos de 'milícia'. O capitão da aldeia, Gaudêncio Benites, diz que a insegurança é insustentável. "São indígenas que assaltam e matam indígenas, alguém tem que fazer alguma coisa", disse ele.

A reunião realizada ontem ocorreu em razão de desentendimentos e trocas de acusações entre a própria comunidade, após a morte de um adolescente de 14 anos, assassinado a pauladas pelo primo de 17 anos. O crime ocorreu semana passada depois que os dois consumiram bebida alcoólica. Parentes da vítima estariam acusando a participação da polícia comunitária no caso. "Não há nenhuma participação nisso, inclusive o menor que morreu também era meu primo", disse Gaudêncio ao O PROGRESSO após a reunião.

Na manhã de hoje uma comissão da Aldeia Bororó irá se reunir no Ministério Público Federal com integrantes das polícias Civil, Militar e Força Nacional para discutir a segurança na Reserva Indígena. "Esperamos que alguma solução saia deste encontro, pois estamos cansados de reuniões e promessas que nunca saem do papel", desabafou.

Violência

Os grupos formados dentro da Reserva Indígena de Dourados percorrem a aldeia no período da noite. Cada grupo tem nome e a maioria é rival. Em bando, eles consomem bebida alcoólica e perambulam pelas estradas da aldeia e quando encontram uma vítima geralmente atacam. "Nossa recomendação às famílias é para que ninguém saia à noite e que tranquem as portas de casa ao escurecer", diz Carlos Antônio Duarte, uma das lideranças, mais conhecido como Piririta.

De acordo com ele, os grupos são formados por mais de 15 jovens. "Eles praticam assaltos, usam drogas, cometem os mais diferentes tipos de crimes. Tudo isso acontece porque não temos segurança em nossa aldeia", critica Piririta. Em julho, uma adolescente de 12 anos foi

CONT.



estuprada por seis rapazes e assassinada a golpes de faca e foice. Ela seguia no período da noite por uma estrada da aldeia quando foi cercada e violentada pelo grupo.

Por causa da insegurança, segundo Piririta, a polícia comunitária foi criada. Cerca de 15 homens, indígenas, andam uniformizados e com coletes fazem a segurança por conta própria. "O papel dessa equipe, voluntária, é a de promover o entendimento entre a própria comunidade. Eles tentam resolver conflitos entre marido e mulher, entre vizinhos e procuram combater crimes dentro da Bororó", garante Gaudêncio. No entanto, alguns indígenas, embora reconheçam o papel da polícia comunitária, criticam a atitude de integrantes da segurança, por serem violentos. Eles andam munidos de porretes e vídeos que circulam pela internet mostram cenas de agressões contra os próprios indígenas.



Centenário do 1º contato entre brancos e índios será comemorado

SÍTIO PREFEITURA DE IBIRAMA, 18.09.2014

Nesta segunda, 22 de setembro, comemora-se o “centenário do primeiro contato pacífico entre Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e os indígenas” e para tanto a Prefeitura de Ibirama, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Departamento Municipal de Cultura, organizam uma programação especial nos dias 19, 20 e 22 de setembro.

A intenção é promover a reflexão e o resgate da história e da identidade cultural, bem como, promover a arte, a religião e a língua dos índios Xokleng, no contexto dos 100 anos de contato entre brancos e índios.

A comunidade em geral é convidada a participar deste momento tão importante para a história de Ibirama e região, confira a programação:

Dia 19/09 – 6ª feira – 19:30h – Salão de Festas Friedrich Kröener - Hansahoehe

- Doações ao acervo do Museu que leva o nome do "Pacificador"

- Exposição sobre a vida de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann e o trabalho desenvolvido em nossa região

- Dança Indígena

Dia 20/09 – sábado – 9:30h – Cemitério Municipal de Ibirama

- Revitalização do Túmulo de Eduardo de Lima e Silva Hoerhann

Dia 22/09 – segunda – 9h – SAMU

- Criação do Bosque dos Imortais da Academia de Letras do Brasil – Seccional Ibirama

Além destas atividades, a comissão organizadora dos festejos promove um ciclo de palestras sobre este tema em escolas de Ibirama, José Boiteux e região.

Sheyla Germano

Jornalista - SC 3170 JP

Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Ibirama

Fones: (47) 3357-8554 (47) 8825-9762



Índios Bororos iniciam tratamento antitabagismo em Rondonópolis

SÍTIO FOLHA MAX, 18.09.2014

Da Redação

Cerca de 17 índios da etnia Bororo iniciaram na manhã de quinta-feira (18) o tratamento contra tabagismo, oferecido pelo Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (Caps-AD).

Durante parte da manhã a equipe do Caps realizou o cadastro da documentação dos atendidos. Na sequência o grupo foi encaminhado para anamnésia, uma entrevista realizada por um profissional de saúde, com a intenção diagnosticar e traçar os caminhos mais viáveis para o tratamento. "O paciente é submetido a várias perguntas, que levantam todo o histórico de vida", explica Joel Moura de Souza, coordenador do Caps – AD.

Depois da anamnésia os índios são encaminhados para consulta médica e, com o relatório pronto, os pacientes passam a seguir um cronograma para o tratamento antitabagismo, que dura seis meses e será totalmente realizado na aldeia. "Durante um mês os profissionais do Caps visitarão uma vez por semana a aldeia. Neste período ocorre a distribuição e a forma correta para se administrar a medicação prescrita, além de palestras recreativas. Passado esse tempo, os pacientes serão acompanhados pelos profissionais da saúde indígena", completa o Joel.

O tratamento direcionado para comunidades indígenas é o primeiro ocorrido no Caps – AD. O local foi acionado depois que levantamentos comprovaram que o tabagismo tomou conta de várias aldeias. "Foi oferecido o tratamento para todos, 17 já decidiram cortar o vício. A intenção é acolher e incentivar os outros com vontade largar o cigarro", finaliza.

O Caps – AD atende pessoas com problemas de tabagismo, álcool e outras drogas. O Centro fica na Rua Augusto de Moraes, nº 470, esquina com a Praça da Saudade. O telefone é o 3411 5013.



Faesc comemora decisão do STF sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO O PRESENTE RURAL, 18.09.2014

A decisão deixa claro que, quando houver necessidade comprovada de uma nova demarcação envolvendo terras legalmente tituladas em nome de produtores rurais, o Estado deverá substituir o processo convencional de demarcação por uma "declaração expropriatória"

O presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc) e vice-presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA), José Zeferino Pedrozo, comemorou a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de garantir a estabilidade jurídica reclamada pelo setor produtivo em relação à demarcação de terras indígenas. Ao julgar o Recurso Ordinário em Mandado de Segurança 29087, a Segunda Turma do STF, com os votos de três ministros – Carmen Lúcia, Gilmar Mendes e Celso de Mello – definiu que os referenciais fixados no julgamento do caso Raposa Serra do Sol devem servir de base para a decisão de casos semelhantes que envolvam demandas indígenas sobre terras produtivas.

"Fizemos mobilizações intensas por esta causa. Realizamos reuniões em Chapecó, Palmitos, Seara, Aberlado Luz e outros municípios da região. Trata-se de uma situação que já era constitucional e, agora, esse reconhecimento nos garante respaldo diante de situações que vinham preocupando muitos produtores de Santa Catarina", comemorou Pedrozo.

No voto proferido na sessão da última terça-feira (16/09), o ministro Celso de Mello reafirmou o entendimento definido no julgamento anterior do caso Raposa Serra do Sol, segundo o qual "a proteção constitucional estende-se às terras ocupadas pelos índios, considerando-se, para efeitos desta ocupação, a data em que foi promulgada a vigente Constituição". Isto quer dizer que somente serão consideradas terras indígenas aquelas por eles ocupadas em 5 de outubro de 1988.

Estabelecido o marco temporal de 5 de outubro de 1988, como há muito vêm defendendo a Faesc e a CNA em favor da paz no campo, ocupações posteriores a esta data não contam com o benefício da proteção constitucional que garante aos índios a titularidade das áreas tradicionalmente por eles ocupadas.

Neste julgamento, o ministro Celso de Mello ressaltou, ainda, o alcance das condicionantes expressas na decisão do STF no caso Raposa Serra do Sol: "Trata-se de orientações que não são apenas direcionadas àquele caso, mas a todos os processos sobre o mesmo tema." Segundo o consultor jurídico da CNA, Carlos Bastide Horbach, este julgamento é mais um precedente que reforça a jurisprudência do Supremo no sentido de serem as condicionantes aplicáveis a todos os processos envolvendo demarcações de terras indígenas. "É o que há muito vem defendendo a CNA", destaca o consultor.

A decisão deixa claro que, quando houver necessidade comprovada de uma nova demarcação envolvendo terras legalmente tituladas em nome de produtores rurais, o Estado deverá substituir o processo convencional de demarcação por uma "declaração expropriatória". Segundo o consultor jurídico da CNA, isto deverá implicar a abertura de um processo de desapropriação, com pagamento de justa indenização aos proprietários. Na demarcação convencional, com base no artigo 231 da Constituição, os produtores recebem apenas pelas benfeitorias.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

No julgamento do Recurso, a Segunda Turma do Supremo reconheceu não haver posse indígena no que se refere a uma fazenda em Mato Grosso do Sul, que havia sido declarada como "área de posse imemorial" (permanente) da etnia Guarani-kaiowá. A questão preocupa muito a CNA porque, só no Mato Grosso do Sul, são 86 as fazendas produtivas hoje invadidas por indígenas.

"A CNA sempre acreditou na Suprema Corte como o foro para ajudar a encontrar a equação de um problema tão complexo, fazendo justiça a todos; não apenas aos brasileiros índios, mas também aos brasileiros que produzem no campo", afirma o vice-presidente da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul (Famasul), Eduardo Riedel, ao destacar que o entendimento da CNA é semelhante ao expresso pela Segunda Turma do STF.

Fonte: Ass. da FAESC



Fazendeiros tomam a rodovia BR 101 perto de Itamaraju em protesto contra invasões indígenas

SÍTIO TOPA TUDO NEWS, 18.09.2014

Fazendeiros da região de Monte Pascoal, nas proximidades de Itamaraju, no extremo sul da Bahia, resolveram tomar a rodovia BR 101, nesta quinta-feira, 18, por volta das 8h30min. A manifestação acontece à altura do KM 802, há três quilômetros de Itamaraju, na ponte sobre o Rio do Ouro.

Segundo os organizadores, a manifestação ocorrerá de forma pacífica e só foi divulgada hoje, como estratégia adotada para não ter vazamento de informação antes da hora, podendo chegar às autoridades e os impedir de fazer o protesto.

Através de panfletos que se espalham na manifestação, os fazendeiros reclamam que há mais de 120 dias, os índios da região do Monte Pascoal invadiram 39 fazendas, todas em plena atividade, produzindo café, cacau, frutas e a criação de gado, gerando milhares de empregos.

Argumentam ainda, que a Justiça reconhecendo a total ilegalidade da ação indígena, autorizou a imediata reintegração das posses e a desocupação das fazendas invadidas, mas até o momento nenhuma ação efetiva foi tomada. Como não houve até posições firmes por parte das autoridades, não tiveram alternativas, a não ser, fechar a rodovia.

De Bocão News



Quilombolas alagoanos reivindicam moradia junto ao governo federal

SÍTIO GAZETAWEB, 18.09.2014

Reunião com representantes da Caixa Econômica deveria acontecer nesta quinta, em Maceió, mas acabou cancelada

Gazetaweb

Uma reunião a ser realizada nesta quinta-feira (18) entre quilombolas de várias regiões de Alagoas e representantes da Caixa Econômica Federal (CEF), acabou cancelada, segundo os descendentes de escravos, que reivindicam a construção de moradias populares. O encontro aconteceria em agência da CEF localizada no bairro do Farol, em Maceió. Porém, a assessoria da Caixa, por sua vez, informou ainda não ter tomado conhecimento da audiência.

De acordo com os quilombolas, uma primeira reunião deveria ter acontecido em julho, o que não ocorreu. "A Caixa sempre dá uma desculpa de última hora para não nos receber e informa que a reunião precisa ser suspensa. Isso é um absurdo", afirmou Manoel Oliveira, coordenador geral das comunidades quilombolas de Alagoas e representante do Conselho de Igualdade Racial do estado.

Já nesta quinta, ainda segundo Manoel Oliveira, funcionários da Caixa informaram que não poderiam receber os quilombolas porque iriam realizar 'uma reunião de emergência com autoridades locais'. O encontro reuniria também representantes de outros movimentos sociais, a exemplo do movimento negro em Alagoas.

Os quilombolas também cobram acesso à educação e saúde de qualidades, além de saneamento básico nas regiões que habitam. Com o novo adiamento, a tendência é a de outros movimentos também sejam convidados a abraçar a luta dos quilombolas, a exemplo dos indígenas e dos trabalhadores rurais sem terra ligados ao MST, com a ameaça, inclusive, de bloqueio de trecho da rodovia BR-101.



DPE e parceiros fortalecem assistência jurídica a comunidades quilombolas

SÍTIO O 4º PODER, 18.09.2014

A defensora geral do Estado, Mariana Albano de Almeida, afirmou nesta quinta-feira (18), durante a abertura do I Encontro de Defensores para Discutir a Questão Quilombola, que graças ao processo de expansão vivido nos últimos quatro anos, a Defensoria Estadual está cada vez mais próxima das comunidades de matriz africana no Maranhão.

Nesse período, foram instalados os núcleos regionais nas comarcas de Codó, Alcântara, Itapecuru, Santa Rita, Caxias e Bacabal, beneficiando também os termos judiciais São João do Sóter e Bacabeira, todos inseridos numa região de grande concentração de famílias quilombolas. A capacitação, que se estende até esta sexta-feira (19), é uma parceria entre as Defensorias Públicas do Estado (DPE/MA) e da União (DPU), a Secretaria de Estado da Igualdade Racial (Seir) e a Associação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Aconeruq).

“Ainda existem muitos povoados quilombolas sem acesso à Justiça, pela ausência da Defensoria na região, como é o caso de Bom Jesus dos Pretos, em Cândido Mendes, e Lago Grande, em Peritoró. Por essa razão, estamos pleiteando junto ao Poder Executivo o acréscimo orçamentário para melhor estruturar os núcleos existentes e viabilizar a implantação de novas unidades, conforme determina a Emenda Constitucional nº 80, promulgada em junho deste ano”, destacou, anunciando que um novo aditivo do termo de cooperação firmado em 2010, será assinado até o final deste mês, com a Seir, a DPU e a Aconeruq, com o objetivo de fomentar e fortalecer a política de regularização fundiária das áreas remanescentes de quilombos no estado.

Para o secretário adjunto de Igualdade Racial, Admilson Pinheiro, é de fundamental importância o fortalecimento das parcerias na busca de soluções e encaminhamentos que favoreçam na redução das desigualdades e dos conflitos, potencializando os efeitos das políticas públicas direcionadas ao segmento. “Dessa forma, instrumentalizando os defensores públicos e demais operadores do direito para uma atuação ainda mais qualificada, estaremos contribuindo para tirar as comunidades quilombolas da invisibilidade social”, assinalou, apontando as demais ações e atividades desenvolvidas pelo governo estadual nessa área.

Realizado na sede da Escola Superior da Defensoria Pública do Estado (Esdep), no São Francisco, o encontro tem como objetivo de propiciar mecanismos de aquisição de conhecimentos sobre as comunidades quilombolas, com enfoque na efetivação de direitos fundamentais, dentre eles, o acesso a terra. O corregedor geral da DPE/MA, Peterson Barros Leal, esteve presente na abertura, que contou ainda com a presença do procurador de Justiça Daniel Ribeiro da Silva, representando a Associação do Ministério Público do Maranhão (Ampem), na mesa de autoridades do evento, cuja plateia era formada, em sua grande maioria, por defensores públicos, além de representantes de secretarias de governo e movimentos sociais.

CONT.



Para o diretor da Esdep, o defensor público Marcos Vinícius Campos Froes, quanto maior a aproximação do defensor público com o seu assistido, melhor será o seu desempenho como um agente de transformação social, e isso, em primeiro momento, se faz com a apropriação de conteúdos, um dos principais pilares da Escola Superior.

“Estamos falando de populações que por muitas questões, dentre elas a geográfica, vivem num isolamento. Quando o defensor público se aproxima da comunidade onde atua, ele muda realidades”, disse.

Durante a abertura, o representante da Aconeruq, Raimundo Ferreira França, destacou a importância das discussões que serão realizadas nos dois dias de evento para aprofundar o tema. “Estamos à disposição para contribuímos com relatos sobre a nossa história de luta por direitos. E a realização deste encontro, que esperamos ser muito positivo, é mais um capítulo dessa jornada”.

As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefinem a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o país existam mais de três mil comunidades quilombolas, com maior concentração nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Com base nessas questões, o defensor público federal Yuri Costa apresentou um panorama da situação das famílias quilombolas no Brasil e, em especial, no Maranhão, ao ministrar a palestra “Grupos tradicionais quilombolas e novos direitos”.

Nesta quinta-feira (18), houve ainda a apresentação do painel interinstitucional com a participação da Seir, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e Instituto de Colonização e Terra Maranhão (Iterma). O período da tarde foi de exposição de testemunhos de lideranças quilombolas sobre vivência em conflitos fundiários e exposição de cases com a participação de defensores públicos estaduais.

Programação

Para esta sexta-feira (19), está programada, com saída às 8h30 da Esdep, a visita à comunidade quilombola de Juçatuba, localizada no município de São José de Ribamar. À tarde serão realizadas oficinas com os temas “Conhecimento da Demanda Quilombola e Aproximação com as Comunidades Tradicionais” com a facilitadora Maria Luiza Fônsa Marinho, assessora jurídica da Seir; e “Mecanismos Processuais em Defesa de Interesses Quilombolas” com o defensor público federal, Yuri Costa.

O encontro será encerrado com a realização de plenária para avaliação geral do encontro e encaminhamento de propostas para qualificar a atuação dos defensores no atendimento às questões quilombolas.



Parecer que pede tombamento de 10 terreiros de candomblé é aprovado

SÍTIO G1/BA, 18.09.2014

Decisão do Conselho de Cultura foi divulgada após sessão na quarta. Órgão argumenta que tombamento é melhor alternativa para proteger bens.

O Conselho Estadual de Cultura da Bahia aprovou, por unanimidade, um parecer da Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural, que solicita o tombamento e o registro especial de 10 terreiros de candomblé em Cachoeira e São Félix, no Recôncavo Baiano. A decisão foi divulgada após sessão realizada na quarta-feira (17).

Em nota, o Conselho informou que o parecer é resultado de uma solicitação do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultura (IPAC), para que fosse feito o registro especial desses espaços como patrimônio imaterial. No entanto, a Câmara "decidiu que o tombamento é a melhor alternativa para garantir a proteção desses terreiros e a conservação dos seus espaços físicos".

Segundo o Conselho, o registro especial proposto aos terreiros prevê a preservação dos aspectos simbólico-culturais. O órgão explica que a medida zela pelos bens imateriais, como as manifestações populares. Já o tombamento é voltado para a preservação física dos espaços, "para bens culturais materiais, como imóveis e obras de arte".

Confira a relação dos terreiros contemplados no dossiê analisado pelo Conselho Estadual de Cultura da Bahia:

- 1 - Terreiro Humpane Ayomo Huntólogi
- 2 - Terreiro Viva Deus (Asepó Eran Opé Olúwa)
- 3 - Terreiro Aganju Didê
- 4 - Terreiro Raiz de Ayrá
- 5 - Terreiro Ilê Axé Ogunjá
- 6 - Terreiro Lobanekum
- 7 - Terreiro Ogodô Dey
- 8 - Terreiro Dendezeiro Incossi Mukumbi
- 9 - Terreiro Ilê Axé Itayle
- 10 - Terreiro Labanekum Filha



Oeste do Paraná: uma onda ininterrupta de violência contra os povos indígenas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.09.2014

"Lá, na mata junto ao rio é nossa casa, nossa morada, o branco nem sabe que lá é Tatá Rendy (luz do fogo), que é sagrado... Lá é nossa tekoha (lugar onde se é), nossa antiga aldeia, que ainda é nossa, muito antes até da FUNAI estudar, muito antes da gente existir, e hoje vivemos assim, vivemos assim."

Cimi Regional Sul

As palavras proferidas pelo rezador Santiago Morales de mais de 90 anos, no cair da tarde da última sexta-feira, dia 29 de agosto, refere-se ao despejo sofrido por um grupo Guarani que ocupava uma pequena porção de terra dentro de uma "fazenda" no município de Terra Roxa, ocorrido no dia 18 de agosto no estado do Paraná. O fato é apenas o último episódio de uma história de violência constante sofrida pelo povo Guarani no oeste paranaense.

Atualmente, vivendo em 13 terras indígenas, nenhuma regularizada, localizadas entre os municípios de Guaíra e Terra Roxa, com uma população de aproximadamente 1.800 indígenas, os guarani encontram-se em uma situação tão aguda de vulnerabilidade que no ano passado o procurador da República Henrique Oliveira ingressou com 45 processos administrativos junto às diversas instâncias do Poder Público em apenas dois meses de trabalho. As peças emitidas pelo procurador guardam intensos relatos dos níveis de degradação e da total falta de dignidade humana vivida pelo povo Guarani há muitas décadas.

Cansados de viver nesta situação, que tem se intensificado com a paralisação dos procedimentos demarcatórios, um pequeno grupo de aproximadamente 30 indígenas guarani decidiu, na manhã do dia 18 de agosto, ocupar uma faixa de mato ao lado de um córrego, em uma pequena extensão da fazenda São Paulo, localizada na (não por acaso) Vila Guarani, na divisa entre os municípios de Guaíra e Terra Roxa. Esta área trata-se de uma terra que se encontra em estudo pela FUNAI e que para o povo Guarani se constitui como um antigo território sagrado chamado pelos seus anciões de Tatá Rendy (luz do fogo). Como afirma Santiago Morales: "É uma terra onde podemos ter acesso ao mato, aos recursos que precisamos. Uma terra em que podemos viver como Guarani".

Mesmo tratando-se de um número tão reduzido de indígenas, e mesmo os Guarani não representando nenhum perigo considerável aos moradores do local, poucas horas depois, na tarde do mesmo dia, um grupo fortemente armado formado por mais de 300 fazendeiros, produtores rurais, comerciantes e políticos reuniu-se no local e passou a ameaçar os indígenas prometendo, segundo as palavras dos guarani, matar todo índio que ousasse resistir ao despejo que o próprio grupo trataria de aplicar. Os indígenas tiveram de deixar o local na mesma noite sob uma espécie de "escolta" da Polícia Federal. Enquanto as demarcações de terra seguem paralisadas, este é o segundo despejo sofrido pelo povo Guarani em menos de seis meses.

CONT.



A liderança guarani Ilson Soares referindo-se ao caso lamenta: "Eles (os mais velhos) se preocupam com o futuro, com as condições que vivemos e então falam belas palavras, de incentivo, de esperança para nosso povo. Nosso povo que não aguenta mais, então passa a sonhar com as palavras e procura melhorar sua condição de vida para poder viver sua cultura e seu modo de ser. É uma pena ver que tão belas palavras possam ter um resultado tão ruim, que gere tamanha violência".

A "tamanha violência" lamentada por Ilson ganha nesta região fronteiriça com o Mato Grosso do Sul dimensões inacreditáveis e revela os bastidores de uma rápida e ágil articulação entre os setores do agronegócio e do poder público com a finalidade de promover uma sombria definição de "justiça direta" contra os povos indígenas. Esta articulação, registrada pelos indígenas na desocupação do grupo Guarani no último dia 18 de agosto, constitui-se na verdade como a tônica de uma onda ininterrupta de violência que vem assolando os povos indígenas, ano após ano, no oeste paranaense.

Racismo institucional, utilização da máquina pública, formação de quadrilha, ameaças e assassinatos marcam tal "onda" de ataques, que tem sua origem junto aos oceanos de monocultura do estado do Paraná, do Mato Grosso do Sul e das demais zonas de expansão das fronteiras agrícolas brasileiras. Enquanto na esfera Federal o governo pactuou com o agronegócio paralisação das demarcações, regionalmente verdadeiras máfias e milícias, aproveitando-se da ineficiência das leis e da Justiça, praticam todo tipo de violência para garantir de maneira prática o desmonte dos territórios tradicionais e originários.

No ano de 2010, quando as bancadas ruralista e evangélica ainda não havia conseguido congelar os procedimentos demarcatórios das terras indígenas via caminhos institucionais, no oeste do Paraná, os fazendeiros da região já aplicavam "estratégias" para que sua violência direta tivesse efeito similar. Um grupo de fazendeiros literalmente fechou as portas de uma aldeia indígena, alegando que estavam em território de uma fazenda, confinando o povo Guarani e os mantendo cativos através de ameaças e vigília integral. Os fazendeiros impediam que os mesmos tivessem inclusive acesso a alimentação. O ato criminoso foi desfeito apenas com intervenção direta do Ministério Público Federal de Umuarama e da Polícia Federal. Os estudos preliminares das terras indígenas haviam sido garantidos apenas um ano antes também por determinação judicial.

No mesmo ano, a aldeia Y'Hovy (Rio Azul), localizada em Guaíra, foi atacada por jagunços armados e liderados por um arrendatário chamado Vantuir Morra. Casas foram destruídas e queimadas e os agressores só recuaram devido a organização dos indígenas, que resistiram aos ataques colocando suas próprias vidas em risco. Tiros sobre acampamentos indígenas tornaram-se eventos recorrentes.

Já em 2011, com o aumento dos atentados, as comunidades indígenas da região denunciaram a contratação de trabalhadores estrangeiros que prestavam uma "dupla jornada" para seus patrões. Em determinados períodos do dia trabalhavam na colheita, em outros trabalhavam como jagunços armados para manter afastados os povos indígenas e avançar sobre seus territórios. A denúncia chegou a gerar comoção pública devido ao índice de desemprego dos cidadãos na região e uma ação de investigação da Polícia Federal acabou por afugentar os

CONT.



jagunços.

O grau de violência e atentados contra os direitos humanos seguiu forte e ativo no ano seguinte. Lideranças das mais diversas aldeias da região passaram a reivindicar os direitos à demarcação dos territórios tradicionais e das condições básicas garantidas aos povos originários pela Constituição Federal e foram sistematicamente ameaçados. Atentados contra a vida dos indígenas tornaram-se eventos cotidianos e o terror tomou conta das comunidades que se sentiram cada vez mais confinadas. Sair dos limites das aldeias tornou-se um risco de vida. No fim de 2012 uma senhora indígena foi atropelada em frente ao terminal rodoviário de Guaíra por um carro à mais de 100 km por hora. Após o atropelamento, o motorista fugiu do local. Mesmo com uma sucessão de eventos como este, os jornais continuavam noticiando os fatos como se estes fossem casos isolados.

O quadro veio a piorar ainda mais no ano de 2013. Com a paralisação das demarcações de terras indígenas adotada pelo Governo Federal, em esfera local, organizações anti-indígena se reforçaram e passaram a ampliar suas investidas contra os povos originários. No caso de Guaíra e Terra Roxa os ataques aos povos indígenas, que já não tinham nada de espontâneos, assumiram o caráter de uma quadrilha institucional. A forte articulação entre fazendeiros e o poder público da região passou a ficar evidente com a criação da Organização Nacional de Garantia ao Direito de Propriedade (Ongdip), da qual faz parte até hoje, nada mais nada menos que o prefeito de Guaíra, o petista Fabian Vendrusculo.

Criada em março de 2013, a organização nasce com o objetivo de se postar de forma combativa contra as demarcações de terras indígenas, “alertar” a população local sobre o perigo das invasões de terra por parte dos indígenas e inclusive encomendar laudos de estudo a respeito das demarcações de fontes que eles considerem seguras.

A Ongdip e Sindicatos Rurais passaram então a encabeçar uma forte campanha difamatória com teor de verdadeira incitação pública onde os moradores de Guaíra e Terra Roxa foram incentivados abertamente a tomar partido na luta contra os povos indígenas. Faixas foram estendidas pelas praças e principais ruas da cidade com dizeres como “invasão indígena não combina com ordem e progresso” e “o Brasil que produz merece respeito”. Um panfleto de caráter profundamente racista intitulado “A Verdade”, financiado a partir de recursos privados dos vereadores da cidade foi amplamente distribuído enquanto adesivos portando a frase “Minha Terra, Minha vida: PR e MS contra a demarcação das terras indígenas” passaram a estampar os vidros da grande maioria dos veículos que transitavam pelas cidades. O ponto mais forte da campanha culminou no dia 14 de março quando centenas de pessoas da cidade de Guairá e Terra Roxa ocuparam a ponte Ayrton Senna, limite entre os estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, para gritar contra as demarcações.

Segundo informações providas do Ministério Público Federal de Guaíra, a partir de uma investigação descobriu-se que o próprio prefeito Fabian Vendrusculo havia decretado feriado na cidade para realização do protesto e que todos os empregados dos mais diversos estabelecimentos comerciais foram convocados pelos patrões a participar do “protesto da ponte” como se fosse uma atividade normal de trabalho.

CONT.



O pai de Fabian é sabidamente proprietário de terras que incidem diretamente sobre a área indígena de Tekoha Mirin em Guaíra, e para além da família Vedrusculo, outros fazendeiros temidos pelos Guarani engrossam as fileiras desta organização contra as demarcações. Segundo os indígenas o fazendeiro Roberto Weber é conhecido pelos indígenas de longa data. Roberto é sobre tudo presidente da Ongdip e já teria promovido ações contra lideranças Guarani. A Fazenda São Paulo, da qual o grupo de 30 Guarani foi expulso no último dia 18 de agosto por mais de 300 pessoas armadas é , segundo informações dos indígenas, pertencente ao pai de Roberto, Sr. Rosalino Weber.

Os indígenas denunciam ainda que o produtor rural Semião Neves, que tem se colocado como uma espécie de porta voz da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural na região, por diversas vezes agiu contra a aldeia indígena conhecida como Tekoha Guarani. Segundo Ilson Soares, liderança Guarani, Semião contaminou as águas utilizadas pelos Guarani com veneno e destruiu as plantações que ficam dentro do terreno da aldeia. Ilson recorda que em um dos ataques, destas investidas de Semião, foi flagrado por integrantes do Centro de Trabalho indigenista (CTI), que realizavam uma entrega de mudas para que os indígenas pudessem plantar. "Quem estiver na Tekoha vai ver, eles fazem tudo abertamente", relata Ilson.

Em novembro do ano passado a onda difamatória e as investidas dos fazendeiros culminaram em dois acontecimentos drásticos para o povo Guarani. Uma jovem indígena de apenas 19 anos, que prefere se identificar apenas como Amélia, foi sequestrada a caminho da sede da FUNAI, onde trabalha. Ela conta que foi molestada durante mais de três horas por três homens e que depois a largaram no meio da rua. Antes de ser solta, Amélia teve de ouvir as ameaças direcionadas a seu irmão, liderança indígena da aldeia Tekoha Marangatu, em Guaíra, e servidores da FUNAI.

No mesmo mês, muitos indígenas reuniram-se na aldeia Tekoha Porã, também em Guaíra, para um torneio de futebol. Durante os jogos, pessoas apareceram e passaram a exhibir armas e ameaçando que naquela noite um indígena morreria. Na referida noite a promessa foi cumprida. O indígena Bernardino Ortega foi atingido por uma série de disparos provindos de um veículo. Não resistiu e morreu. Outros indígenas ficaram feridos.

A liderança indígena Ilson Soares alerta que as ameaças contra os guarani jamais pararam. Elas acontecem todos os dias, o problema é que a polícia não tem dado ouvido às queixas. "Homens armados têm se aproximado de crianças agora, assediam elas e através delas mandam recados mortais para nós, lideranças. Quando a gente denuncia a polícia diz que não devíamos ouvir histórias de crianças, será que vai ser preciso quantos cadáveres mais para eles entenderem que a coisa aqui é séria, que estamos sendo massacrados". Ilson segue: "Além disso, quase todo o dia que saímos enfrentamos algum perigo real. Motoristas jogam o carro em cima da gente, pessoas nos ameaçam na rua, em plena luz do dia, mas não tem monitoramento, estamos por nossa conta".

Para Ilson, o resultado desta violência é sentida pelos indígenas em todos os âmbitos da vida. "As crianças são discriminadas nas escolas enquanto os adultos são despedidos dos frigoríficos. Não podemos ter acesso pleno à cidade e cada nova ação dos ruralistas ou do governo é uma

CONT.



cidade inteira que se volta contra nós”. O desabafo da liderança Guarani é igual em todos os aspectos ao desabafo das famílias Kaingang da aldeia Kandóia, localizada no município de Faxinalzinho no Rio Grande do Sul, há mais de 700 km de Guaíra. Tanto no Estado Gaúcho como no Paraná ações governamentais e de forças locais acabaram por aprisionar os indígenas em suas pequenas ocupações de terra, criando verdadeiros aglomerados anti-indígenas nas cidades locais.

Outra similaridade entre o Rio Grande do Sul e o Paraná, no que se refere aos povos indígenas, são as ditas propostas de compensação oferecidas pelos Governos para que os indígenas abram mão de sua luta pelos territórios tradicionais. No Paraná, Hamilton Serighelli, que é secretário Especial de Assuntos Fundiários do governo estadual, tentou permutar com os guarani as áreas que estes reivindicavam por outra terra localizada junto ao parque da ilha Grande. Na época, o procurador de Umuarama Robson Martins se pronunciou de forma contrária a permuta, alertando sobre as condições de defasagem do terreno e outros processos administrativos relacionados à permanência de outros grupos no local, como por exemplo, as comunidades ribeirinhas. Os indígenas rechaçaram de forma veemente a proposta.

Para os guarani, o Ministério Público Federal (MPF), tanto de Umuarama quanto em Guaíra, tem sido um grande protetor. “Eles (procuradores) também estão nomeio do tiroteio dos fazendeiros, sem poder fazer muito, mas tem garantido pelo menos questões básicas para nós, como saneamento e alimentação, isso é muito importante” relata Iلسon. Segundo o Cacique da Tekoa Y’hovy os estudos de demarcação só seguem por determinação do MPF e de fato, apesar de em 2013 o governo federal ter paralisando as análises demarcatórias em todo país, a Funai só instaurou um novo Grupo de Trabalho (GT) porque foi obrigada por uma decisão judicial, provocada pelo órgão.

Do Guarani mais novo ao mais velho é unanime a posição de que não se trata de um genocídio sofrido em silencio. “Os fazendeiros podem fazê-lo de maneira velada, mas nós não estamos mais quietos. Nós temos ido à praça, pintado o rosto, feito protestos junto à universidade, denunciado. Por muitas vezes este ano e no ano passado saímos às ruas, gravamos tudo, encaminhamos aos órgãos responsáveis. Todos sabem o que está acontecendo e nós vamos continuar denunciando” diz o jovem Marcos Benites de apenas 15 anos.

Em cada uma das 13 aldeias localizadas entre Guaíra e Terra Roxa, existe uma força originária pulsando forte, como uma chama que se recusa a apagar. Quando mais pressão é exercida contra estas comunidades, mais esta força parece pulsar. Nas casas de reza os pequenos aprendem os passos dos mais velhos e com eles sonham em recuperar aquilo que sempre foi do povo Guarani. Aprendem que para além da lógica do transgênico e da monocultura a terra é sinônimo de vida. Sabem melhor do que ninguém que a premissa inversa também é verdadeira, sem-terra, sem vida digna. E como um tiro que sai pela culatra, o efeito pretendido pelos fazendeiros reverte sua lógica. Vivendo como comunidades sem-terra, enraízam mais forte o sentimento pelo seu Tekohá. Desta forma as comunidades têm ganhado as ruas e tronado público o genocídio programado que as autoridades e fazendeiros têm executado dia após dia. Na coragem dos que lutam hoje mora a esperança dos que virão amanhã.



Documentos comprovam invasão de terra indígena pelo Governo do Estado de MS
SÍTIO PR/MS, 18.09.2014

O Governo do Estado de MS não cumpriu decisões judiciais prolatadas, a pedido do Ministério Público Federal, que determinam a apresentação de documentos comprobatórios da cessão de área da União. Na área em questão houve a construção e posterior duplicação da rodovia MS-156, entre os municípios de Dourados e Itaporã. Na área, vivem indígenas das aldeias Jaguapiru e Bororó, as mais populosas do país.

A transferência dessas terras federais ao estado é um dos argumentos usados pelo governo para deixar de cumprir integralmente acordo feito com o MPF e a Fundação Nacional do Índio (Funai) em 2010, em que se compromete a compensar danos causados pelas obras de extensão da rodovia e pela supressão de parte do território dos índios.

Em 2012, liminar da Justiça determinou que as ações compensatórias fossem cumpridas no prazo de três meses, sob pena de multa. Contudo, a decisão foi suspensa pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3) depois que o estado alegou já ter realizado as obras pertinentes na faixa de domínio da rodovia.

ms 156

Para o MPF, a citada faixa de domínio sequer existe, pois a área onde a rodovia foi construída é de propriedade da União, assim como todas as terras indígenas do país. O MPF apresentou à Justiça documentos da Secretaria de Patrimônio da União (SPU), da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos (Agesul) e documentos históricos que comprovam que não houve transferência da posse da terra. As provas reforçam "o dever do estado de implementar todas as medidas mitigadoras e compensatórias devidas em razão da duplicação da Rodovia Estadual MS-156, porque, efetivamente, houve supressão de terra indígena, destinada ao uso exclusivo desses povos".

Medidas de compensação

Um estudo do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul), realizado antes das obras de duplicação da MS-156 começarem, previu os danos que as obras causariam às comunidades, dentre eles, risco de acidentes de trânsito, alagamentos, erosões, rachaduras nas casas e ainda o choque cultural sofrido pelos indígenas.

O próprio governo do estado produziu um relatório dos impactos antropológicos e ambientais causados pelas obras. Nele, constam oito medidas de compensação aos danos estruturais e culturais sofridos pelas comunidades. Algumas delas são a construção de mais um trevo na rodovia e a melhoria do já existente; drenagem de águas pluviais; ampliação e prolongamento das faixas laterais, instalação de câmeras de monitoramento 24 horas, proteção do cemitério indígena com alambrado e um projeto de educação para o trânsito nas aldeias. Os itens foram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

definidos de modo a preservar a cultura indígena e respeitar seu modo de vida.

As medidas deveriam ter sido executadas antes da obra ser finalizada, o que não aconteceu. Atualmente, a estrada está em plena operação, em descumprimento à legislação brasileira e às condicionantes acordadas pelo governo do estado com os índios.

Para o MPF, o estado foi omissivo ao deixar de honrar o compromisso. "O fato de ser ente público lhe confere maior responsabilidade em cumprir os compromissos assumidos, em respeito ao princípio da moralidade administrativa, uma vez que se espera do Estado que não frustre a realização de medidas legitimamente esperadas pelos cidadãos em razão de pacto prévio".

Referência processual na Justiça Federal de Dourados:
0001650-79.2012.4.03.6002

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.mp.br
PRMS-ascom@mpf.mp.br
www.twitter.com/mpf_ms



Delegação denuncia violações contra dos indígenas Guaraní-Kaiowá na Europa
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.09.2014

Adital – Inicia esta semana um giro de duas semanas na Europa sobre as comunidades indígenas Guaraní-Kaiowá do Brasil. A delegação é integrada por Flávio Vicente Machado, coordenador do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Regional de Mato Grosso do Sul, e pelo líder Eliseu Lopes (foto), da comunidade de Kurusu Amba, membro do Movimento Aty Guasu (a Assembleia Guaraní-Kaiowá, que é a mais alta autoridade política tradicional) e da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

O povo indígena Guaraní-Kaiowá luta há mais de 40 anos para recuperar seus territórios ancestrais e assim viver em conformidade com sua cultura e suas tradições, longe da fome, da má nutrição e da pobreza, lutando por seu direito à alimentação e por outros direitos humanos relacionados. “Inclusive com perseguições e com a falta de condições, a luta não se detém, estamos buscando nossos direitos”, afirma o membro da delegação Guaraní-Kaiowá Eliseu Lopes.

A delegação se reunirá com autoridades de alto nível em Genebra, Suíça, e Bruxelas, Bélgica, para tornar visível a violência que as comunidades Guaraní-Kaiowá têm enfrentado devido à sua luta por seu direito ao território, sensibilizar os órgãos políticos da União Europeia (UE) sobre a aplicação das diretrizes da UE sobre os defensores dos direitos humanos, ademais de buscar apoio para a luta dos Guaraní-Kaiowá, e aumentar a consciência pública sobre essa questão.

Lopes dará uma declaração oral para o programa dos povos indígenas na 27ª sessão do Conselho de Direitos Humanos. A delegação participará de um evento paralelo “A luta dos Guaraní-Kaiowá no Brasil por seus territórios e contra a fome”, co-patrocinado pela FIAN Internacional, CIMI, Franciscans International e Swiss Church Aid (HEKS). A delegação depois se reunirá com representantes das missões estatais e com as equipes dos relatores especiais sobre o Direito a uma Alimentação Adequada e sobre Defensores de Direitos Humanos, entre outros, e com outros representantes da sociedade civil.

Em Bruxelas, as principais atividades incluirão eventos públicos e um debate com os cidadãos belgas e europeus, reuniões com organizações não governamentais e trabalho de imprensa. A delegação também apresentará seu caso ante os membros do Parlamento Europeu, bem como aos representantes do Serviço Europeu de Ação Exterior (SEAE), e participará de um debate público após a projeção do documentário “El lado oscuro del verde” [“O lado escuro do verde, em tradução livre para o português”].

Com informações da Fian Internacional.



Jovens indígenas da comunidade Truaru discutem desafios da atualidade

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 18.09.2014

Ascom-CIR

Preocupados com o seu bem estar e qualidade de vida, além de fortalecer a sua participação social e política na comunidade, os jovens da comunidade indígena Truaru, região do Murupu, município de Alto Alegre(RR) realizam hoje e amanhã, o Encontro de Juventude Local com o tema "Jovens indígenas enfrentando os desafios da atualidade".

Os jovens vão abordar diversos contextos buscando conciliar com o cotidiano de vida na comunidade. Serão temas de debate no primeiro dia: liberdade de expressão; comunicação e informação; arte e cultura; comunidade e política partidária; direitos e violência; meio ambiente e sustentabilidade; e saúde preventiva.

O uso das novas tecnologias e o acesso aos meios e redes sociais, é um dos desafios que já faz parte da realidade dos jovens indígenas e hoje, sentem a necessidade de discutir essa realidade, no sentido de identificar os benefícios que pode trazer a comunidade e os impactos sociais e culturais que a ferramenta pode causar.

Para mediar o debate os jovens contam com a participação de representantes de instituições públicas e das lideranças indígenas da própria comunidade Truaru. Sendo o primeiro dia destinado aos debates, o último foi programado para a realização de ação social e uma caminhada evangélica.

Ariene dos Santos Lima, coordenadora dos jovens indígenas da comunidade Truaru, destaca que a atividade local é uma preparatória para o Encontro Estadual dos Jovens Indígenas do Estado de Roraima, ocasião em que os jovens terão a oportunidade de participar de um debate mais amplo.

Segundo a coordenadora, uma das perspectivas do evento é que os jovens, além de debater o assunto, também possam fortalecer a consciência aos diversos problemas sociais enfrentados na comunidade. "Todos têm a sua consciência, mas precisam fortalecer para que, junto com as lideranças, possamos combater os problemas que tem nos prejudicado".

Os temas debatidos nesse encontro local serão os mesmos amplamente apresentados no VI Encontro Estadual da Juventude Indígena do Estado de Roraima, que será realizado na próxima semana, 23 a 25, na comunidade indígena Barata, na região do Taiano, município de Alto Alegre.



Povos indígenas reúnem demandas em documento a ser apresentado na Conferência Mundial das Nações Unidas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.09.2014

Natasha Pitts – Adital

Com vistas à Conferência Mundial sobre Povos Indígenas, reunião plenária de alto nível das Nações Unidas, que acontecerá nos dias 22 e 23 de setembro em Nova York (Estados Unidos), representantes de organizações indígenas do Chile organizaram um documento com as principais demandas e preocupações no que diz respeito à situação dos indígenas no cenário nacional e internacional.

Em reunião realizada no último dia 28 de agosto, as lideranças debateram e ressaltaram a importância da Conferência Mundial sobre Povos Indígenas, contudo criticaram a falta de espaço para que os povos tenham participação efetiva na tomada de decisões sobre assuntos que os afetam diretamente.

“A reunião plenária de Alto Nível não condiz com uma verdadeira e autêntica Conferência Mundial dentro do sistema intergovernamental das Nações Unidas, situação que coloca em evidência que os Estados partes do mundo, que formam as Nações Unidas, não atribuem o verdadeiro significado e urgência à situação vivida pelos povos indígenas do mundo, sendo assim continua sendo um desafio pendente para os Estados, os povos indígenas e seus direitos”, manifestaram em documento.

Entre as demandas, em primeiro lugar, as lideranças pedem ao Estado do Chile que apoie a realização de uma verdadeira Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas e que esta cumpra com todos os protocolos, requisitos e procedimentos.

O Estado chileno deve ainda cumprir com os princípios gerais dos direitos humanos e do direito à livre determinação dos povos indígenas, contidos no artigo 3º, da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, e consistente com os artigos 1º, do Pacto de Direitos Civis Políticos e do Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

Exigem a realização das consultas e a cooperação “de boa fé” com os povos indígenas, por meio das instituições representativas, antes de adotarem e aplicarem medidas legislativas ou administrativas que afetem os povos indígenas; que as medidas sejam incluídas e de interesse recíproco; destacam a necessidade de que o Consentimento Prévio Livre e Informado se materialize.

“Exigimos, urgentemente, ao Governo do Chile que anule o Decreto Supremo nº 66, instrumento que regulamenta a consulta do Convênio 169, da OIT [Organização Internacional do Trabalho] e o Decreto Supremo nº 40, que regulamenta o sistema de avaliação ambiental, considerando que tais normativas transgridem e vulneram o citado Convênio, afetando seu espírito e sua aplicação de boa fé”.

CONT.



Sendo a água um direito humano de vital importância, os povos indígenas reafirmam ainda o direito a participarem de todo o processo de modificação e alcance do Código de Águas, que está sendo implementado no Chile. Sendo assim, demandam um processo de consulta urgente a todos os povos indígenas.

No mesmo sentido, mas com vistas à reforma da educação chilena, como oportunidade para subsanar a sistemática negação do sistema educacional imposta aos povos indígenas, pedem a realização de uma consulta apropriada para harmonizar o que estipula o Convênio 169, da OIT, em matéria de educação indígena (artigos 21 e 22), e a Declaração das Nações Unidas sobre Direitos dos Povos Indígenas com relação ao mesmo tema.

O documento com essas e outras demandas será apresentado às autoridades chilenas, ao presidente da Assembleia Geral das Nações Unidas, Jhon Ashe, e a todas as partes interessadas em concretizar os direitos dos povos indígenas no país.



Estudo do Inesc alerta para sub-representação de minorias na eleição de outubro
SÍTIO JORNAL BRASIL, 19.09.2014

Apenas 83 candidatos (0,32%) de um total de 25,9 mil que disputam as eleições gerais deste ano se declararam indígenas. Nenhum deles concorre à Presidência da República ou aos governos estaduais. Os candidatos que representam os índios estão na corrida por cargos de deputado estadual (51), federal (24) e senador (3). A informação aparece como um dos destaques do levantamento Sub-representação de Negros, Indígenas e Mulheres: Desafio à Democracia, lançado hoje (19), pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em Brasília.

Esta é a primeira eleição em que os candidatos a cargos federais e estaduais tiveram que declarar raça e cor, conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com os dados concentrados no Tribunal Superior Eleitoral, pesquisadores conseguiram confirmar alertas e críticas que já vinham sendo endossadas por organizações sociais e entidades representativas.

"A partir de agora, com os dados oficiais, a gente tem uma forma concreta de pressionar uma mudança no sistema partidário, como foi com a questão do gênero que já tem a legislação [que reserva] 30% [das candidaturas para mulheres]. A gente sabia que tinha desigualdade, mas não tinha um dado oficial", explicou Carmela Zigoni, assessora política do instituto.

Ela admitiu ainda que a situação indígena nas eleições é uma das mais complicadas, tanto pela resistência de outros setores às políticas destinadas a esses povos quanto pela aceitação das legendas. "Por uma questão cultural, os indígenas têm sua própria forma de organização política, mas já existe um processo de indígenas quererem se candidatar porque há uma compreensão de que eles têm que estar no espaço de poder. Os partidos têm que aceitar, mas nem sempre convidam ou promovem essas candidaturas."

A maioria dos estados não apresenta candidatos indígenas. "Amazonas e Mato Grosso do Sul, que concentram as maiores populações indígenas do país, registraram nove e sete candidaturas respectivamente", destaca o documento. Quase metade das candidaturas de indígenas está concentrada em três partidos: PT, com 16 candidaturas, seguido do PSOL (12) e do PCdoB (11).

Depois de convencer os partidos, tanto indígenas quanto negros e mulheres ainda precisam vencer outro desafio, segundo a pesquisadora. "Hoje quem financia as campanhas é um conjunto de interesses privados. Essas candidaturas [de negros, índios e mulheres] normalmente são minoritárias, têm menos recursos e menos espaço na mídia", explicou Carmela, destacando a dificuldade de a sociedade conhecer esses candidatos e suas propostas.

No estudo, os pesquisadores do Inesc ainda alertaram que, mesmo que eleitos, candidatos indígenas terão mais uma barreira para vencer dentro do Congresso Nacional: a disputa de forças com representantes de setores do agronegócio e da mineração. "É o terceiro desafio. Se

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

eleitos, terão que conseguir legislar dentro de uma Casa onde ainda os homens brancos são a maioria”, acrescentou Carmela.

As candidaturas de negros, que inclui pretos e pardos, estão concentradas principalmente nos partidos ligados às questões socialistas e operárias, como o PCB (59,8%), PCdoB (57,8%), PCO (63,3%), PSTU (48,4%) e o PSOL (52,7%). Nas maiores legendas, a presença de negros representa, por exemplo, 41,9% das candidaturas do PT, 37,7% do PSB, 32,8% do PSDB e 26,5% do PMDB.

Na avaliação da assessora política do Inesc, já existe um equilíbrio maior entre homens brancos e negros. “Mas se você passear nos corredores do Parlamento vai se perguntar onde estão esses homens negros. Vamos ter uma análise depois das eleições”, anunciou. Dos quase 26 mil candidatos, 38,6% são homens brancos e 30% são homens negros.

Fonte: Agência Brasil



Consulta aos povos indígenas deve ser realizada respeitando à Convenção 169 da OIT
SÍTIO ADITAL, 19.09.2014

O direito dos povos indígenas à consulta prévia, livre e informada sobre projetos, empreendimentos e obras susceptíveis de afetá-los diretamente está garantido no Convênio 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT). No entanto, esse direito, reconhecido internacionalmente, vem sendo negado no Chile. O país é signatário da Convenção, mas está encaminhando processos de consulta em desconformidade com o que determina o marco regulatório.

Recentemente, o governo chileno, encabeçado pela presidenta Michelle Bachelet, deu início a dois processos de consulta pré-legislativa aos povos indígenas, relacionados a anteprojetos de lei que criam o Ministério de Assuntos Indígenas, o Conselho de Povos Indígenas e o Ministério de Cultura e Patrimônio.

O processo de consulta relacionado às duas primeiras iniciativas foi convocado pelo Ministério de Desenvolvimento Social, em 29 de maio deste ano, e as primeiras jornadas para sua implementação em várias regiões do país aconteceram no último dia 03 de setembro. Segundo assinala o Decreto que convoca o processo, o mesmo será regulamentado, exclusivamente, pelo procedimento estabelecido para a consulta aos indígenas no Decreto Supremo 66 de 2013, aprovado pelo então presidente Sebastián Piñera.

Tal regulamentação vem sendo fortemente contestada por organizações indígenas, que justificam estar havendo um rebaixamento arbitrário dos padrões do Convênio 169. Isso por, entre outras razões, limitar a consulta a projetos legislativos que tenham impactos diretos e significativos sobre povos indígenas; por realizar a consulta quando ainda não se conseguiu acordo ou consentimento dos povos indígenas e por não estabelecer procedimentos culturalmente apropriados.

A regulamentação também é criticada por não ter sido consultada por meio de procedimentos adequados junto às instituições representativas indígenas, previamente à sua aprovação. Em virtude dessa soma de fatores, as organizações solicitam seu cancelamento como atitude primordial para que se possa iniciar um diálogo respeitoso sobre qualquer processo de consulta.

Como assinalaram, recentemente, lideranças do Pacto Mapuche pela Autodeterminação, a consulta convocada pelo Executivo "não inclui nenhum assunto próprio dos povos indígenas do Chile, nem inclui nenhuma recomendação da comunidade internacional ao Estado parte do Chile. As ideias de um 'Conselho de Povos Indígenas' e a criação de um 'Ministério Indígena' são assuntos de interesse, unicamente, do Estado do Chile. Essa consulta exclui o princípio da cooperação entre o Estado e os Povos Indígenas, exclui o interesse recíproco das partes interessadas, exclui a boa fé".

CONT.



Além das organizações indígenas, a própria OIT e o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas se manifestaram revelando preocupação com o modo como as consultas vêm sendo realizadas e solicitando que o governo chileno as adeque, levando em consideração os padrões do Convênio 169 e outras normas internacionais. Os projetos submetidos à consulta não deverão continuar sendo definidos de forma unilateral e arbitrária pelo Estado, mas sim desenvolvidos por meio da realização de um processo de discussões prévias com os povos indígenas e suas instituições representativas e de diálogos, para definir novas formas de relação, de forma a criarem, conjuntamente, iniciativas de reforma política jurídica e política que beneficiem a coletividade.

Essas atitudes, além de estarem em consonância com os acordos internacionais firmados pelo Chile, também deverão garantir maior participação da população indígena que, hoje, se encontra em número pouco significativo nas consultas.

Com informações do Observatorio Ciudadano



Justiça julga caso indígena de maus-tratos por militares

SÍTIO HOJE EM DIA, 19.09.2014

A Comissão de Anistia do Ministério da Justiça julga hoje pedidos de reparação de 16 índios suruí que reclamam ter sofrido violações de direitos humanos por parte das Forças Armadas durante combates à guerrilha do Araguaia, nos anos 1970. Eles alegam ter sido atingidos pela intervenção dos militares em sua aldeia, localizada em uma região de castanhais, entre São Domingos e São Geraldo do Araguaia, no sudeste paraense, epicentro da repressão da ditadura. Testemunhos recolhidos pela comissão acusam que as tropas cometeram maus-tratos e alteraram a rotina da comunidade.

Os processos de reparação dos suruí motivam debate na área de direitos humanos. A ativista Diva Santana, que investiga, há 34 anos, crimes de guerra cometidos por militares contra guerrilheiros e a população sertaneja, questiona os pedidos de reparação. "Viajo para o Araguaia desde 1980, não conheço índio perseguido e assassinado por militares", afirma. Diva ressalta que ações e obras dos governos da ditadura causaram impacto nas aldeias da Amazônia. Ela avalia, porém, que a terra indígena Aikewara, onde vivem os suruí, não foi "penalizada" como outros grupos do Araguaia. "Sempre tive muito respeito pela Comissão de Anistia, que faz um trabalho sério, mas no julgamento desse caso dos suruí os critérios precisam ser esclarecidos."

Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia, adianta que cada caso será julgado individualmente. Ele ressalta que os testemunhos orais são a base fundamental dos processos que entrarão na pauta. Os testemunhos serão divulgados durante o julgamento. "Nesses processos dos indígenas, as instruções e os meios comprobatórios são os mesmos dos casos dos camponeses, com o acréscimo dos relatórios dos antropólogos", afirma. Abrão destaca que a Lei de Anistia prevê indenizações não apenas para casos clássicos de tortura e prisão, mas para pessoas atingidas por "atos de exceção".

Os integrantes da comissão vão avaliar se a presença militar na aldeia dos suruí, os deslocamentos de tropas, os sobrevoos de helicópteros, a alteração na rotina da comunidade, os impedimentos de caça e pesca e o uso de índios na função de guias podem, por exemplo, ser caracterizados como "atos de exceção". "A Lei de Anistia não leva em conta, unicamente, a materialização da tortura e da prisão", afirma Abrão. Ele diz que o caso dos índios é uma situação diferente, que não pode ser comparada unicamente com a dos camponeses.

O presidente da Comissão de Anistia diz que é impossível prever o resultado dos julgamentos, mas avalia que o grupo estará atento para casos de índios que atuaram em equipes de perseguição. A comissão indefere pedidos dos chamados "bate-paus", moradores que ajudaram militares a combater outros camponeses e guerrilheiros. Ele ressaltou ainda que, no caso dos suruí, foram respeitados os critérios de entrada dos pedidos na pauta de julgamento, como a numeração do processo, a idade e eventuais doenças graves dos que solicitam a reparação.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

Até agora, a comissão indenizou 44 camponeses do Araguaia. Outros 300 casos estão em tramitação. O do agricultor Josias Gonçalves, o Jonas, que integrou a frente guerrilheira, é um deles. Ele fez trabalhos forçados em bases militares e, hoje, enfrenta dificuldades de se alimentar.

A lista inclui também a ex-professora Edna Rodrigues de Souza. Confundida com a guerrilheira Dinalva Teixeira, a Dina, ela foi presa e torturada diante dos vizinhos. Violentada, saiu da prisão grávida e sem o emprego. Outro que está na relação é o barqueiro Antonio Viana, o Zezinho. A mãe dele, Maria Viana, sofreu infarto fulminante após o sequestro de um dos filhos, Geovane, que nunca foi encontrado. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.



Dom Silvano Tomasi: direitos indígenas ainda são violados

SÍTIO PARÓQUIA DO CALVÁRIO, 19.09.2014

Que as iniciativas em favor dos povos indígenas sejam sempre “inspiradas e guiadas pelo princípio do respeito” das suas identidades e culturas, com particular atenção às específicas tradições, também religiosas, e à capacidade de decidir pelo próprio desenvolvimento em colaboração com os governos nacionais. Esta foi a exortação do Arcebispo Silvano Maria Tomasi, Observador Permanente da Santa Sé junto ao Escritório da ONU de Genebra, ao se pronunciar na 27ª sessão do Conselho dos Direitos Humanos.

“Os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos indígenas continuarão, infelizmente, a serem violados”. O Arcebispo Tomasi pronunciou-se em Genebra traçando o quadro das condições de 370 milhões de indígenas em 90 países do mundo, baseando-se em dados e estudos da ONU. O Observador Permanente da Santa Sé fala de “discriminação sistemática” e “exclusão do poder político e econômico”, mas também de uma “falta de um adequado acesso à justiça”, mas também de pobreza, analfabetismo e indigência. Dom Tomasi denuncia o grande número de deslocados por causa das guerras e desastres ambientais e “doenças, perseguições, represálias”, até mesmo assassinatos de “defensores dos direitos humanos dos indígenas”. Como consequência – prossegue – “o desenvolvimento completo está atrasado, quando não negado”.

Um exemplo particular são as relações entre as indústrias e companhias transnacionais e as populações indígenas. As Nações Unidas – recorda Dom Tomasi – colocam em evidência “consequências negativas, e mesmo devastantes para os povos indígenas, provocadas por indústrias extrativistas”: além das vantagens econômicas, deveriam ser adotados “modelos de desenvolvimento autêntico” que não violem os direitos dos povos indígenas, encorajando “um uso responsável do ambiente”.

Dom Tomasi defende ainda a necessidade de “definir e proteger” as mercadorias produzidas pelas populações indígenas, para que não sejam utilizadas “sem levar em conta os interesses e os direitos das próprias comunidades”, salientando que as leis sobre propriedade intelectual e do trabalho, infelizmente ainda não forneceram garantias suficientes “para tutelar tais produtos”.

Também em vista da Conferência Mundial sobre Povos Indígenas – a ser realizada na sede da ONU, em Nova Iorque, nos dias 22 e 23 de setembro próximo – Dom Tomasi auspicia a inclusão direta destas populações “nos processos de decisão relativos à gestão dos recursos naturais nos seus territórios”, exortando “a eliminação de qualquer tentativa de marginalizar as populações indígenas”. Isto significa “respeitar” as suas propriedades e os relativos acordos, satisfazer as suas exigências sociais, sanitárias e culturais e solicitar, portanto, uma “reconciliação entre os povos indígenas e as sociedades em que vivem”. A este respeito, ouçamos o que diz o Arcebispo Silvano Maria Tomasi:

CONT.



Dom Tomasi: "Fala-se de mais de 370 milhões de pessoas de 90 países diferentes que são consideradas, ou por assim dizer, 'catalogadas' como populações indígenas. Da perspectiva da Doutrina Social da Igreja, deve ser reconhecida a identidade destas pessoas como comunidade humana, respeitadas as suas tradições e as suas escolhas, portanto, reconhecer também que têm direito de viver no território em que sempre estiveram presentes. Existe uma vontade por parte da comunidade internacional de enfrentar com maior eficiência esta situação, às vezes, também de discriminação das comunidades indígenas. Por exemplo, daqui a poucos dias será realizada em Nova Iorque a Conferência Mundial sobre os Povos Indígenas, que buscará legitimar, além de fazer conhecer, as práticas mais eficientes e mais respeitadas da identidade destas populações, de modo a poder acelerar o bem-estar, o crescimento humano, mas também espiritual destas pessoas".

RV: Segundo a ONU, os direitos humanos e as liberdades fundamentais dos povos indígenas continuam a ser violados. Como isto acontece?

Dom Tomasi: "Nos territórios onde vivem estas comunidades indígenas, temos, por exemplo, corporações transnacionais que entram para utilizar a mineração, para extrair materiais úteis e preciosos ou mesmo para desfrutar de certas características locais, de plantas e de conhecimento, que depois são colocadas no mercado sem que sejam respeitadas as exigências ecológicas do território ou ainda os direitos destas comunidades, que sempre usaram certas tradições de folclore ou de certos usos dos recursos naturais. Assim, deveriam ser reconhecidos também pelos interesses monetários, pois são produtos e iniciativas culturais típicas destas populações".

RV: Portanto, se poderia afirmar que o desenvolvimento completo destas populações está em atraso, quando não é negado?

Dom Tomasi: "As populações indígenas devem ser apoiadas no seu caminho de desenvolvimento humano e econômico, pois frequentemente estão um pouco à margem da sociedade e são esquecidas pelos Estados ou pelos governos. O encorajamento que se está dando – por meio de várias iniciativas, como a Declaração sobre os Direitos das Populações Indígenas de 2010 ou a Conferência Mundial que está para começar – é o de colocar sob os refletores internacionais as exigências destas populações: não somente facilitar o seu progresso, mas também abrir o caminho para uma reconciliação entre a maioria da população, as autoridades do Estado e estes grupos, de modo que, juntos, possam chegar aos objetivos de convivência serena e construtiva. A Santa Sé pronunciou-se, neste sentido, para que haja um caminho de progresso e de desenvolvimento que esteja em sintonia e não em conflito entre os povos indígenas e o resto da população nacional".

Por Rádio Vaticano

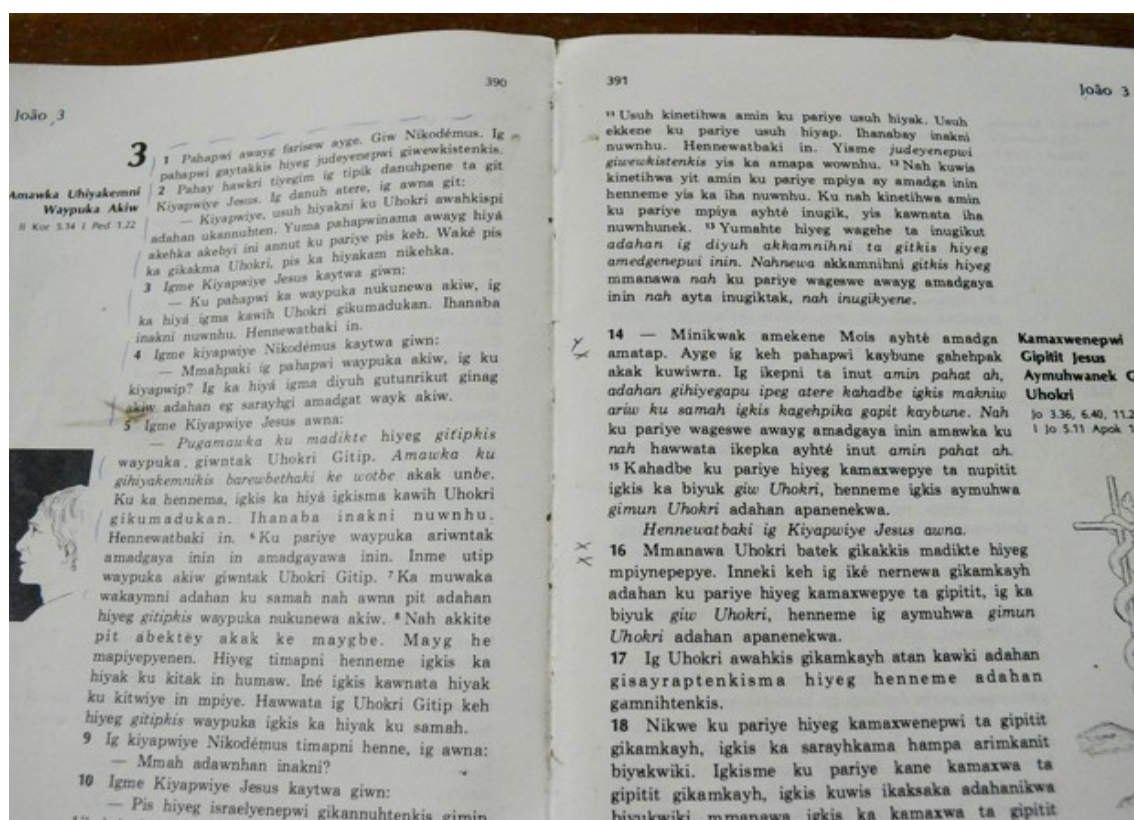


Professora do AP vai documentar até 2015 língua indígena em extinção

SÍTIO G1, 19.09.2014

Projeto conta com financiamento da Universidade de Londres. Cultura e língua falada por indígenas do Norte do AP são centro de pesquisa.

Fabiana Figueiredo Do G1 AP



Bíblia escrita em palikur, língua materna da aldeia Kumenê (Foto: Abinoan Santiago/G1)Bíblia em Palikur que é a língua materna da aldeia Kumenê, em Oiapoque (Foto: Abinoan Santiago/G1)

O projeto "Documentation of the Palikur (Arawak) Language" em português "Documentação da Língua Palikur (Arawak)" da professora Elissandra Barros foi contemplado com financiamento do programa londrino "Endangered Languages Documentation Programme" (ELDP), da Universidade de Londres. O programa ajuda no registro de línguas faladas que estão ameaçadas de extinção. Até 2015, a professora vai documentar a cultura e a língua falada por indígenas da região Norte do Amapá.

CONT.



"Trabalho com povos indígenas há 9 anos, então registrar a linguagem é muito importante. Junto com a língua, se perde também a identidade do grupo. Através da língua eles se manifestam enquanto grupo, têm sentimentos, conceitos e ideias que só conseguem externar através do Palikur", comentou Elissandra, que é professora de graduação na Universidade Federal do Amapá (Unifap) e doutoranda pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A pesquisadora diz que o idioma tem risco de extinção pela localização das terras indígenas. "Essa é uma língua bastante ameaçada de desaparecer por causa da localização, onde muitas pessoas falam o português. Ela está constantemente sofrendo pressão de outras línguas que têm mais prestígio fora da aldeia", disse.

O projeto é desenvolvido na aldeia Kumenê, localizada no município de Oiapoque, a 590 quilômetros de Macapá, desde 2010. O financiamento do ELDP vai custear a compra de máquinas fotográficas, filmadoras, gravadores e programas de computador que serão utilizados nesta etapa do projeto, que contempla atividades que vão desde oficinas de fotografia até o processo de análise do material coletado.

Elissandra explica que ensinou os índios a gravar vídeos, áudios, registrar fotografias, editar e também analisar todo o material. "Eles vão aprender a manusear programas de computador específicos de documentação de análise linguística. É um projeto para a comunidade", explica. A professora volta a aldeia em outubro para continuar a pesquisa.

O material que for produzido até 2015 vai compor o acervo digital de três museus: ELDP, em Londres; Museu do Índio, no Rio de Janeiro; e Museu Goeldi, em Belém. A professora informou que só os integrantes da comunidade indígena poderão ter acesso ao material, mas que em três anos ele deve ficar disponível para consulta, após autorização dos índios Palikur.

"O projeto mostra a valorização da comunidade, da língua e do povo. Para mim essa documentação é fundamental e o mais importante é perceber que eles estão valorizando aquilo que é deles", concluiu.

Os índios que falam o dialeto Palikur, da língua materna Arawak, vivem na terra indígena Uaçá composta por 13 aldeias. Elas são localizadas em Oiapoque e também em Saint Georges, cidade fronteiriça da Guiana Francesa. Do lado brasileiro, a comunidade é composta por aproximadamente 1,4 mil indígenas, que também dominam a língua portuguesa.



Seis crianças indígenas morrem com suspeita de rotavírus no interior do AC

SÍTIO G1/ACRE, 19.09.2014

Dsei diz que Saúde local está mobilizada para evitar mais óbitos. Mais de 70% da população do município é composta por indígenas.

Aline Nascimento Do G1 AC

Seis crianças indígenas, das etnias Kulina e Kaxinawa, com idades entre 11 meses e cinco anos, morreram em dois municípios do Acre em menos de um mês, sendo duas de Manoel Urbano e quatro de Santa Rosa do Purus. As crianças apresentavam sintomas como diarreia e vômito. A suspeita, segundo o Distrito Sanitário Especial Indígena (Dsei), é que elas tenham morrido de rotavírus.

De acordo com a coordenadora do Dsei, Jiza Lopes, das seis crianças que morreram, três não foram atendidas no hospital, porque os pais se recusaram a levar as crianças até a cidade para serem medicadas. A coordenadora explica que em cada aldeia tem um Agente de Saúde Indígena (AIS), e que eles são responsáveis por levar essas crianças para a unidade de Saúde mais próxima, caso apresentem qualquer sintoma de doença.

"As crianças que chegaram até o hospital, foram atendidas pelo médico, mas algumas delas já chegaram bastante debilitadas, muito fracas e como nossos indígenas têm um déficit nutricional muito grande, quando são acometidas de diarreia ou gripe rapidamente desidratam e acabam vindo a óbito. Geralmente os pais indígenas não permitem que os AIS levem os filhos para o hospital, por causa de sua crença, por acreditarem que elas vão se curar lá na aldeia mesmo", contou a coordenadora.

O Dsei é responsável por 80 aldeias que estão distribuídas em quatro polos base dentro do estado, localizados em Sena Madureira, Santa Rosa do Purus, Assis Brasil e Manoel Urbano. Segundo Jiza, nem todas as aldeias têm rádio para se comunicar com os hospitais, mas os agentes de saúde têm barcos, combustível e medicamentos para atender as emergências das comunidades.

"O Dsei é responsável por sete municípios: Santa Rosa do Purus, Assis Brasil, Manoel Urbano, Sena Madureira, Boca do Acre (AM), Pauini (AM), e Extrema, em Rondônia. No total, são mais de 100 aldeias, sendo 80 só aqui do Acre. Todas as aldeias têm um agente de saúde, eles são treinados e capacitados para estarem trabalhando nas aldeias, têm total condição de identificar uma criança com diarreia ou vômito", disse.

Jiza falou também que os óbitos ainda não são confirmados como sendo rotavírus e que os testes feitos no município estão sendo encaminhados para a capital para assegurar a real causa da morte dos indígenas.

CONT.



"Nos testes rápidos tivemos a confirmação de rotavírus nos óbitos, mas, geralmente, esses tipos de testes podem dar alguma alteração. Então, para termos totalmente a certeza encaminhamos para o Laboratório Central de Rio Branco (Lacen) para termos a confirmação", explicou

Para a coordenadora, todo ano há casos de epidemia de diarreia e vômito entre os indígenas, por conta da cheia das águas do Rio Acre. Para evitar mais óbitos, Jiza explica que todos os agentes de saúde já estão instruídos a encaminharem para a cidade mais próxima as crianças que apresentarem esses sintomas.

"Esses problemas começam a aparecer no período de final da seca e início da cheia do rio, mas nós ainda estamos no período de seca e começou a aparecer crianças com diarreia antes do período esperado. A orientação passada é que toda criança que tiver apresentando vômito ou diarreia que eles [agente] tragam essas crianças para a cidade, nós já ficamos em alerta", finalizou.

Ação mobilizadora

Na quarta-feira (17) a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), junto com o Dsei enviaram para o município de Santa Rosa, uma equipe formada de enfermeiros, técnicos em enfermagem e nutricionistas, para reconhecer e evitar mais casos do rotavírus entre os indígenas. Além dos insumos, a equipe leva material médico-hospitalar, para ajudar no tratamento dos índios que apresentarem sintomas da doença.

A previsão é a que os agentes de saúde passem mais de 20 dias nas comunidades indígenas, para iniciar o tratamento com as crianças atingidas pela doença. Além da Sesai e representantes do governo, os agentes contarão com o apoio de Exército Brasileiro para adentrar na aldeias.



STF reforça que questão indígena é competência da União

SÍTIO GLOBO RURAL, 19.09.2014

Procuradoria da República questionava legislação específica do Pará

Por Redação Globo Rural

O Supremo Tribunal Federal confirmou nesta semana a competência exclusiva da União para legislar sobre questões indígenas. O Plenário da Corte decidiu a favor da Procuradoria Geral da República (PGR), que questionou pontos da Constituição do Pará e uma Lei Complementar Estadual.

A Constituição estadual, no seu artigo 300, previa que o estado e os municípios incentivassem a organização social e proteção dos índios no que diz respeito a critérios como costumes, línguas e crenças. Previa também que as duas esferas garantiriam a posse dos índios sobre terras tradicionalmente ocupadas.

A Lei Complementar cria o Conselho Estadual Indigenista. A instituição teria entre suas funções, a de fiscalizar ações de entidades privadas de assistência aos indígenas e propor ao governo uma legislação que impeça a discriminação dos povos indígenas.

A PGR questionou a legislação, alegando que, de acordo com a Constituição Federal, é a União que tem a responsabilidade de legislar sobre causas indígenas e o Ministério Público que tem a função de defender os interesses dos índios na Justiça.

Os ministros do Supremo Tribunal Federal acolheram a ação em decisão unânime.



Centro de Referência preserva a memória Kaingang em Tupã (SP)

SÍTIO NÚCLEO DA NOTÍCIA, 19.09.2014

Fundado em 2012 pelo Museu Índia Vanuíre, programa reúne, articula e salvaguarda materiais sobre a etnia, desde objetos como artefatos e adornos, à cultura, costumes e a história oral, além de publicações

O Centro de Referência Kaingang é um projeto do Museu Índia Vanuíre, instituição da Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo administrada em parceria com a ACAM Portinari. Ele nasceu em 2012, refletindo uma necessidade de produção, salvaguarda e difusão da cultura Kaingang, tanto de teor acadêmico, quanto da produção das próprias comunidades. O local reúne museólogos e pesquisadores indígenas para estabelecer suas bases de trabalho e projeto para a concentração de conhecimento e informações sobre os Kaingang no tempo e no espaço.

"O espaço foi desenvolvido com o objetivo de reunir questões para a valorização, referências culturais, patrimoniais, históricas, etnológicas, arqueológicas, artísticas e indígenas sobre o povo Kaingang, que habita a região desde antes da empreitada bandeirante rumo ao oeste, além de produzir coleções, conservá-las, documentá-las, assim como, pesquisar, gerar catálogos, promover publicações e eventos culturais ou científicos", explica a gerente da instituição Tamimi Rayes Borsatto.

O projeto tem sua estrutura física e equipes de trabalho, onde são feitos o levantamento dos itens do acervo relativos a esse povo, aquisição de novas peças, materiais de dissertações, teses e produções acadêmicas, elaboração de projetos de campo com as comunidades, registros de narrativas em diferentes mídias, articulação com entidades para estimular intercâmbios de informação e a participação e a produção de eventos e debates sobre o tema.

O Centro de Referência atende e oferece suporte à pesquisadores e ao público interessado em diferentes eixos temáticos como, antropologia, arqueologia, museologia, artes, história, botânica, educação e outros. O patrimônio, a memória, a alteridade e identidade, a paisagem e território, a representação, a tolerância cultural, assim como as autonarrativas e autorrepresentações e a ética.

O Museu já articulou importantes atividades e programações por intermédio do programa, entre elas a instalação da exposição de longa duração "Tupã Plural" (2010), o projeto de acessibilidade (2013), os I, II e III Encontro Paulista Questões Indígenas e Museus (2012, 2013 e 2014), a Semana Tupã em Comemoração ao Dia Internacional dos Povos Indígenas (2012, 2013 e 2014), a Comemoração dos 100 Anos da "Pacificação" Kaingang no Oeste de São Paulo (2012), a publicação "Questões Indígenas e Museus. Debates e Possibilidades" (2012), e a Semana do Índio de Tupã (2013 e 2014).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 167 / 2014

Brasília, 19 de setembro de 2014.

Uma das linhas de ação do Centro de Referência é a promoção de projetos com as T.I.s Vanuíre e Icatu, respectivamente, em Arco-Íris e Braúna (SP), muitas vezes, com a participação dos Kaingang de Nonoai (RS). Além disso, já promoveu as "Oficinas Troca de Saberes de Mulheres Kaingang" (2013), as mostras itinerantes com a Escola Estadual Indígena Índia Vanuíre (2012 e 2013) e a Escola Estadual Indígena Índia Maria Rosa (2013), a formação da coleção "Lifa? Kaingang Contemporânea" e a mostra temporária "Kanhgág – Arte, Cultura Material e Imaterial".

Para ter acesso aos materiais, o interessado deve visitar o Museu Índia Vanuíre, localizado em Tupã (SP) (rua Coroados, nº 521, Centro).

Museu Índia Vanuíre - Tupã
Rua Coroados, nº 521, Centro – Tupã/SP
(14) 3491-2202
Funcionamento: de terça a domingo, das 9h às 17h
Grátis
www.museuindiavanuire.org.br

Núcleo da Notícia Comunicação Corporativa:
Tel. (16) 3237-7367/68
André Luís Rezende – (16) 9.8142-4299
andreluisrezende@nucleodanoticia.com.br
Juliana Dias - (16) 9.9233-1823
julianadias@nucleodanoticia.com.br
Dayane Malta – (16) 9.9233-3014
dayanemalta@nucleodanoticia.com.br
www.nucleodanoticia.com.br

Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo:
Natalia Inzinna – (11) 3339-8162
ninzinna@sp.gov.br
Jamille Menezes – (11) 3339-8243
jmferreira@sp.gov.br



Prefeitura faz levantamento indígena dos beneficiados pelo Bolsa Família

SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 19.09.2014

A Prefeitura de Cacoal por meio da Secretaria Municipal de Ação Social e Trabalho - SEMAST, em parceria com a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, realizou levantamento de dados das famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família nas aldeias do município.

“Nosso objetivo com essa ação é sanar os problemas de defasagem cadastral e realinhar os problemas indígenas para buscar a solução. Além de inserir essas famílias em outros programas que lhes é assegurado por direito”, declarou a Secretária de Ação Social Miriam Soares.

A seleção das famílias para o Programa Bolsa Família é feita com base nas informações registradas pelo município no Cadastro Único (CADÚNICO), para programas sociais do Governo Federal, instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no Brasil. Os valores dos benefícios pagos pelo programa variam de acordo com as características de cada família, considerando variáveis como a renda mensal de cada membro, o número de pessoas com até 17 anos, de gestantes, nutrízes e de componentes da família.

Em duas semanas de atendimento os dados foram coletados com expectativa de que seja elevado o quantitativo de beneficiários indígenas dentro dos principais programas assistenciais e para que haja por parte dos beneficiários, a superação da situação de vulnerabilidade atual.



Estudo do Inesc alerta para sub-representação de minorias na eleição de outubro
SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 19.09.2014

Apenas 83 candidatos (0,32%) de um total de 25,9 mil que disputam as eleições gerais deste ano se declararam indígenas. Nenhum deles concorre à Presidência da República ou aos governos estaduais. Os candidatos que representam os índios estão na corrida por cargos de deputado estadual (51), federal (24) e senador (3). A informação aparece como um dos destaques do levantamento Sub-representação de Negros, Indígenas e Mulheres: Desafio à Democracia, lançado hoje (19), pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em Brasília.

Esta é a primeira eleição em que os candidatos a cargos federais e estaduais tiveram que declarar raça e cor, conforme definição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com os dados concentrados no Tribunal Superior Eleitoral, pesquisadores conseguiram confirmar alertas e críticas que já vinham sendo endossadas por organizações sociais e entidades representativas.

"A partir de agora, com os dados oficiais, a gente tem uma forma concreta de pressionar uma mudança no sistema partidário, como foi com a questão do gênero que já tem a legislação (que reserva) 30% (das candidaturas para mulheres). A gente sabia que tinha desigualdade, mas não tinha um dado oficial", explicou Carmela Zigoni, assessora política do instituto. Índio

Ela admitiu ainda que a situação indígena nas eleições é uma das mais complicadas, tanto pela resistência de outros setores às políticas destinadas a esses povos quanto pela aceitação das legendas. "Por uma questão cultural, os indígenas têm sua própria forma de organização política, mas já existe um processo de indígenas quererem se candidatar porque há uma compreensão de que eles têm que estar no espaço de poder. Os partidos têm que aceitar, mas nem sempre convidam ou promovem essas candidaturas."

A maioria dos estados não apresenta candidatos indígenas. "Amazonas e Mato Grosso do Sul, que concentram as maiores populações indígenas do país, registraram nove e sete candidaturas respectivamente", destaca o documento. Quase metade das candidaturas de indígenas está concentrada em três partidos: PT, com 16 candidaturas, seguido do PSOL (12) e do PCdoB (11).

Depois de convencer os partidos, tanto indígenas quanto negros e mulheres ainda precisam vencer outro desafio, segundo a pesquisadora. "Hoje quem financia as campanhas é um conjunto de interesses privados. Essas candidaturas (de negros, índios e mulheres) normalmente são minoritárias, têm menos recursos e menos espaço na mídia", explicou Carmela, destacando a dificuldade de a sociedade conhecer esses candidatos e suas propostas.

No estudo, os pesquisadores do Inesc ainda alertaram que, mesmo que eleitos, candidatos

CONT.



indígenas terão mais uma barreira para vencer dentro do Congresso Nacional: a disputa de forças com representantes de setores do agronegócio e da mineração. "É o terceiro desafio. Se eleitos, terão que conseguir legislar dentro de uma Casa onde ainda os homens brancos são a maioria", acrescentou Carmela.

As candidaturas de negros, que inclui pretos e pardos, estão concentradas principalmente nos partidos ligados às questões socialistas e operárias, como o PCB, PCdoB, PCO, PSTU e PSOL. Nas maiores legendas, a presença de negros representa, por exemplo, 41,9% das candidaturas do PT, 37,7% do PSB, 32,8% do PSDB e 26,5% do PMDB.

Na avaliação da assessora política do Inesc, já existe um equilíbrio maior entre homens brancos e negros. "Mas se você passear nos corredores do Parlamento vai se perguntar onde estão esses homens negros. Vamos ter uma análise depois das eleições", anunciou. Dos quase 26 mil candidatos, 38,6% são homens brancos e 30% são homens negros.